



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXI Nº 5 SEXTA-FEIRA, 1º DE ABRIL DE 2016



BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Deputado Waldir Maranhão (PP-MA)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2º Vice-Presidente

Deputado Beto Mansur (PRB-SP)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

2º Secretário

Deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP)

3ª Secretária

Senadora Ângela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)

Presidente

Deputado Waldir Maranhão (PP-MA)

1º Vice-Presidente

Deputado Giacobo (PR-PR)

2º Vice-Presidente

Deputado Beto Mansur (PRB-SP)

1º Secretário

Deputado Felipe Bornier (PSD-RJ)

2º Secretário

Deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP)

3ª Secretária

Alex Canziani (PTB-PR)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

- 1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
- 2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
- 3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
- 4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

- 1º - Deputado Mandetta (DEM-MS)
- 2º - Deputado Gilberto Nascimento (PSC-SP)
- 3º - Deputada Luiza Erundina (PSB-SP)
- 4º - Deputado Ricardo Izar (PSD-SP)

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – 5ª SESSÃO CONJUNTA (SOLENE), EM 31 DE MARÇO DE 2016

1.1 – ATA	4
1.1.1 – ABERTURA	4
1.1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada ao lançamento da Campanha Institucional “Mulher na Política”, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, como incentivo à participação da mulher no Parlamento.....	4
1.1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	
1.1.2.2 – Fala da Presidência (Senador Renan Calheiros)	4
1.1.2.3 – Fala do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro José Antonio Dias Toffoli	5
1.1.2.4 – Exibição do vídeo e do áudio institucionais de lançamento da campanha “Mulheres na política”	13
1.1.2.5 – Oradores	
Senadora Marta Suplicy	13
Senadora Vanessa Grazziotin.....	14
Deputada Elcione Barbalho	17
Deputada Dâmina Pereira	18
Senador Eunício Oliveira	19
Senadora Ana Amélia.....	21
Deputada Carmen Zanotto.....	22
Senadora Regina Sousa	24
Deputada Raquel Muniz	25
Deputada Jô Moraes.....	26
Sra Márcia Rollemburg, Primeira-Dama do Distrito Federal	27
Sra Camila Lanes, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas	27
Deputado Odorico Monteiro.....	28
1.1.2.6 – Fala da Presidência (Deputada Carmen Zanotto)	30
1.1.3 – ENCERRAMENTO	30

CONGRESSO NACIONAL

2 – COMISSÕES MISTAS	31
3 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	41

5ª Sessão, Conjunta (solene), em 31 de Março de 2016

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência do Sr. Renan Calheiros e das Sras Vanessa Grazziotin, Elcione Barbalho e Carmen Zanotto.

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 28 minutos e encerra-se às 13 horas e 36 minutos.)

ATA

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB-AL) - Declaro aberta a sessão solene do Congresso Nacional destinada ao lançamento da campanha do Tribunal Superior Eleitoral Mulher na Política.

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

Já compomos a Mesa: eu; o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro José Antonio Dias Toffoli; a Ministra do Tribunal Superior Eleitoral Luciana Christina Guimarães Lóssio; o Ministro do Tribunal Superior Eleitoral Henrique Neves da Silva; a Procuradora Especial da Mulher do Senado, a Senadora Vanessa Grazziotin.

Convido, com muita satisfação, para também compor a Mesa, a Deputada Elcione Barbalho, Procuradora da Mulher na Câmara dos Deputados; e a Deputada Federal Dâmina Pereira, Coordenadora dos Direitos da Mulher da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados.

Convido ainda, com muita satisfação, para compor a Mesa a Primeira-Dama da cidade, colaboradora do Governo de Brasília e Diretora-Executiva da Fundação João Mangabeira, a Sra. Márcia Rollemburg.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB-AL) - Convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB-AL) - Gostaria de registrar, com muita satisfação, as honrosas presenças da Embaixadora da República da Guiné Bissau, Sra. Eugénia Pereira Saldanha Araújo (*palmas*); do Embaixador da República do Equador, Sr. Horacio Sevilla Borja (*palmas*); da Embaixadora da Mongólia, Sra. Sosormaa Chuluunbaatar (*palmas*); da Embaixadora da República de Cuba, Sra. Marielena Ruiz Capote (*palmas*); do Embaixador da República Bolivariana da Venezuela, Sr. Alberto Efraín Castellar Padilla (*palmas*); da Coordenadora da Bancada Feminina da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, a Deputada Estadual Ana Paula Lima (*palmas*); da Deputada do Piauí Flora Izabel (*palmas*); do Presidente da Associação Nacional dos Servidores das Agências Reguladoras Federais, Tiago Cardoso Botelho (*palmas*); da Presidente da União de Negros pela Igualdade no Distrito Federal, Sra. Santa Alves (*palmas*); da Coordenadora do Conselho Nacional de Mulheres do Partido Popular Socialista, Tereza Vitale (*palmas*); da Coordenadora da União Brasileira das Mulheres, Neuza Castanha (*palmas*); e, representando o Presidente da Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência Contra as Mulheres em Santa Catarina, o Deputado Padre Pedro Baldissera, da Sra. Juci Mara Santos Tomas. (*Palmas*).

Registro também, com satisfação, a presença de representantes das Forças Armadas e de representantes das centrais de trabalhadores. (*Palmas*.)

Senhoras e senhores, é sempre com bons olhos que vejo as iniciativas que tenham como principal objetivo equiparar o quantitativo de mulheres ao de homens em todo e qualquer âmbito da vida nacional.

Se em muitos setores da vida já é igualitária a presença de homens e de mulheres, no mundo da política, dos Parlamentos, sobretudo, essa equiparação ainda não acontece, o que é lastimável. No Senado Federal, nós temos — todos acompanham — trabalhado continuadamente para que, cada vez mais, as mulheres tenham vez e voz.

A instalação da Procuradoria Especial da Mulher é, sem dúvida nenhuma, um exemplo desse esforço. Com o escopo de debater a questão feminina, ela tem se empenhado com brilhantismo pela construção de uma sociedade em que todos, independentemente do sexo, tenham os mesmos direitos.

Outro objetivo dessa instituição, dirigida com competência e zelo pela Senadora Vanessa Grazziotin, é o enfrentamento da violência doméstica, ocorrências essas que persistem apesar do advento da Lei Maria da Penha e que têm deixado sequelas em tantas famílias.

Como é sabido, as marcas da violência acarretam graves distorções nas experiências de vida das mulheres e desencadeiam diversos problemas sociais.

Ao lado desses dois objetivos, tão importante quanto é a ampliação da presença feminina no Congresso Nacional, o que tem tido todo o nosso apoio. O déficit de mulheres na política, como todos sabem, é um entrave e um desafio para todos nós. É lamentável que o Brasil ainda esteja no 121º lugar no ranking de igualdade entre homens e mulheres na política.

Em todo o Brasil, as mulheres ocupam menos de 10% das Prefeituras e apenas 12% dos vereadores são do sexo feminino. Na Câmara Federal, temos 44 mulheres no rol de 513 Deputados. No Senado, com 81 componentes, temos apenas 13 mulheres exercendo mandatos.

A baixa representação política das mulheres brasileiras está na contramão do protagonismo feminino, apesar de terem nível de escolaridade maior do que o dos homens com, em média, mais 11 anos de estudos do que nós. Esse é o atual panorama com o qual não podemos concordar.

E, para que as mudanças ocorram com a maior celeridade possível, o Senado Federal tem se esforçado, com o aprimoramento do nosso marco legal a respeito da igualdade de direitos, estimulando a criação de mecanismos que proporcionem mais oportunidades às mulheres, e acolhido iniciativas de outras instituições que tenham, também, o objetivo de aumentar a presença das mulheres na política.

Por tudo isso é que felicito, mais uma vez, o Tribunal Superior Eleitoral, aqui representado na honrosa presença do seu Presidente, o Ministro Dias Toffoli, do Ministro Henrique Neves e da Ministra Luciana Lóssio, pela campanha Mulher na Política.

Aos Srs. Ministros e à Sra. Ministra o meu muito obrigado pela presença e pelo apoio que têm dado à causa, que nos é comum, certo de que os problemas que dificultam a presença do gênero feminino, em qualquer instituição, não afetam tão-somente as mulheres, mas a todos nós.

Na semana que passou, nós tivemos aqui, Sr. Presidente Toffoli, um importante avanço: nós fizemos alterações administrativas e, preenchendo uma lacuna da Lei Maria da Penha, que tivemos a honra e a satisfação de aprovar no Senado Federal, na primeira vez em que me elegi Presidente da Casa, criamos o Observatório da Mulher.

Esperamos que o Senado, a partir de suas instituições existentes, ao criar este Observatório, possa ir preenchendo esse vácuo e disponibilizando para toda a sociedade brasileira essas informações, que são fundamentais para que nós possamos dar sequência a essa luta. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB-AL) - Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Dias Toffoli. Com a palavra S.Exa.

O SR. MINISTRO DIAS TOFFOLI - Muito obrigado, Sr. Presidente do Senado da República, Exmo. Sr. Senador Renan Calheiros.

Cumprimento as Sras. Parlamentares subscritoras da presente sessão, em especial a Procuradora Especial da Mulher do Senado, Sra. Senadora Vanessa Grazziotin; a Procuradora da Mulher da Câmara dos Deputados, Sra. Deputada Federal Elcione Barbalho; a Coordenadora dos Direitos da Mulher da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, a Sra. Deputada Federal Dâmina Pereira. Cumprimento também a Ministra Luciana Christina Lóssio, do Tribunal Superior Eleitoral — minha colega no TSE —, o colega Ministro Henrique Neves da Silva, Juiz do Tribunal Superior Eleitoral, e a Primeira Dama, Colaboradora do Governo de Brasília e Diretora-Executiva da Fundação João Mangabeira, a Sra. Márcia Rolleberg. Cumprimento ainda os demais convidados já nominados.

Senhoras e senhores, em 24 de fevereiro de 1932, o Brasil deu um grande passo, representativo de enorme avanço em questões que envolvem a igualdade de gênero na política. Com a edição do Decreto nº 21.076, que instituiu o primeiro Código Eleitoral brasileiro, o sufrágio passou a ser universal, estendendo-se a todas as pessoas alfabetizadas e maiores de idade, incluindo as mulheres, o direito de votar e também de ser votadas em âmbito nacional.

Na América Latina, o Brasil foi o segundo país a fazer tal reconhecimento, após o Equador, e o fez antes de muitos países da Europa, como a França, a Itália e a Bélgica.

Mas, passados 84 anos de tal conquista, as mulheres são hoje a maioria do eleitorado brasileiro, com quase 74,5 milhões de eleitoras, segundo dados recentes do Tribunal Superior Eleitoral, ou seja, as mulheres representam 52,13% do total do eleitorado.

Nas últimas eleições, no entanto, para o Congresso Nacional, foram eleitas, entre 27 vagas do Senado em disputa, apenas 5 Senadoras. E, dentre as 513 cadeiras da Câmara dos Deputados, foram eleitas 51 Depu-

tadas Federais. Assim, a representação masculina dentro do âmbito do Congresso Nacional continua a ser de 90%, para 10% de mulheres.

A conquista da democracia não pode se refletir apenas no momento da votação; trata-se de um processo contínuo, que envolve políticas estatais, atividades educativas, culturais e a conscientização sobre a importância do papel da mulher como cidadã, bem como a superação dos preconceitos históricos acerca da inferioridade e submissão da mulher em relação ao homem.

Dentre as várias normas constitucionais asseguratórias da igualdade de gênero, gostaria de destacar, no art. 1º, que a República Federativa do Brasil tem como fundamentos a soberania, a cidadania de maneira ampla, a dignidade da pessoa humana, o pluralismo político — expressados nos seus incisos I a V.

Constituem, pelo art. 3º, objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, em seu inciso I, construir uma sociedade livre, justa e solidária, e, no inciso IV, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

O art. 5º estabelece que todos são iguais perante a lei, e, no seu inciso I, que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da Constituição.

E o art. 14 consagra o sufrágio universal, com valor igual para todos, nos termos da lei.

A previsão de cotas e de outros mecanismos de incentivo à participação feminina em atividades político-partidárias, bem como de acesso a cargos eletivos, foi instituída dando cumprimento aos mandamentos constitucionais de igualdade material, nas normas infraconstitucionais afirmativas. Dentre elas, gostaria de destacar a publicidade institucional feita pelo TSE, fruto de deliberação do Congresso Nacional, que determinou à Justiça Eleitoral a realização desta publicidade.

No que tange ao papel do Poder Judiciário, o Tribunal Superior Eleitoral, em cumprimento ao que determina a legislação, realiza periodicamente publicidade institucional de incentivo à igualdade de gênero e a uma maior participação feminina na política.

Trata-se de mais uma política afirmativa voltada para o amadurecimento e para a conquista da plenitude do nosso regime democrático, dirigida à Justiça Eleitoral, a guardiã da democracia brasileira, que decorre da importante conquista legislativa incorporada ao texto da Lei nº 9.504, de 1997, introduzida esta alteração pela Lei nº 13.165, de 2015, que me permito fazer a leitura:

Art. 93-A. O Tribunal Superior Eleitoral, no período compreendido entre 1º de abril e 30 de julho dos anos eleitorais, promoverá, em até cinco minutos diários, contínuos ou não, requisitados às emissoras de rádio e televisão, propaganda institucional, em rádio e televisão, destinada a incentivar a participação feminina na política, bem como a esclarecer os cidadãos sobre as regras e o funcionamento do sistema eleitoral brasileiro.

É essa a disposição que estamos trazendo a efeito (*palmas*), com o lançamento, no dia de hoje, no plenário do Senado da República, com muita honra para a Justiça Eleitoral, da campanha que se iniciará amanhã.

Essas campanhas têm surtido um satisfatório efeito: nas últimas eleições, por exemplo, o número de mulheres aptas a concorrer cresceu 71% em relação ao pleito de 2010, alcançando um terço do total de candidatas. É bastante significativo esse avanço da participação das mulheres nas eleições. No ano de 1998, a porcentagem de mulheres candidatas era de 12,5%. A partir de 2012, com as normas relativas às políticas afirmativas de percentual de candidaturas por gênero, chegou-se a 30% e, em 2014, a 31,7% das candidatas mulheres.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Deputadas, Srs. Senadores, Srs. Deputados, senhoras e senhores presentes, colegas Ministros, eu trago, por escrito, um longo discurso a respeito das várias normas de políticas afirmativas que, ao longo dos anos, este Congresso Nacional produziu para que o Tribunal Superior Eleitoral pudesse fazer os julgamentos no sentido de uma política afirmativa. Não farei a leitura do discurso. Deixarei, Sr. Presidente, para a publicação dos registros desta sessão solene, as minhas manifestações a respeito das alterações normativas para incentivo das cotas de gênero nos registros de candidatura e as várias decisões do Tribunal Superior Eleitoral no sentido de dar efetividade a esses percentuais.

Trago, ainda, matéria relativa à propaganda partidária, que, de acordo com a Lei nº 13.165, também obteve grande avanço de política afirmativa ao exigir um mínimo de 10% em programas de propaganda partidária e em inserções de propaganda gratuita de promoção e difusão da participação feminina na política. Então, temos esse avanço também na obrigatoriedade da participação das mulheres nos programas.

Não basta — e não bastou — garantir um percentual de registro de candidaturas, mas é necessário, e a legislação vem evoluindo, com o amadurecimento do Congresso Nacional e com a luta das mulheres, tendo as Parlamentares à frente, garantindo meios para que essa participação seja efetiva e cada vez maior.

Temos várias decisões do Tribunal Superior Eleitoral no sentido de penalizar os partidos que não deram cumprimento a essas mudanças.

Por exemplo, destaco uma decisão do Ministro Henrique Neves, em que diz:

O incentivo à participação feminina, no âmbito da propaganda partidária, como ação afirmativa, merece ser interpretado de forma a conferir maior efetividade possível à norma.

Há uma decisão do Ministro Gilmar Mendes:

O art. 45, inciso IV, da Lei nº 9.096/1995, tem como objetivo assegurar o pluralismo. Da moldura fática delineada (...) não foi cumprido o percentual de tempo destinado a promover e difundir a participação política feminina, pois a utilização das imagens e falas das figuras femininas diluiu-se no conteúdo genérico da propaganda ao tratar de projeto de poder, mudanças, inauguração de creches e outros temas.

Ou seja, apenas se mostrava as mulheres, mas não se tratava de dar nessa propaganda específica uma efetiva voz de participação no programa partidário àquelas políticas do partido em causa. O Tribunal, então, penalizou o partido, porque não basta mostrar a figura da mulher. É necessário dar a ela voz e mostrá-la, realmente, em sua atuação política. (*Palmas.*)

São inúmeros os casos que temos aqui, que ficarão para publicação nos Anais e nos registros, com liberdade de divulgação.

Gostaria de destacar também a vinculação de recursos financeiros oriundos do Fundo Partidário à criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação das mulheres na política. Essa também é obra de legislação alterada para criação de política afirmativa.

Colaciono também algumas decisões, como esta, de relatoria da Ministra Luciana Christina Guimarães Lóssio, aqui presente, de que destaco a seguinte parte:

A não comprovação da correta aplicação do montante de mais de 20% dos recursos provenientes do Fundo Partidário na criação e manutenção do instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política, nos termos do inciso IV do art. 44 da Lei nº 9.096/95, enseja a desaprovação da prestação de contas do referido partido. (*Palmas.*)

São alterações inegáveis, que vêm aprofundando e dando eficácia a uma maior participação da mulher na política. Alterações mais profundas ainda se fazem necessárias no seio da sociedade brasileira para que esse objetivo seja efetivamente alcançado, e isso passa por uma necessária mudança de mentalidade da forma como se encara o próprio papel da mulher em nosso contexto social, num processo longo de superação de preconceitos de há muito arraigados entre nós acerca do mito da inferioridade feminina.

Na busca incessante pelo reconhecimento do protagonismo das mulheres em todos os setores da sociedade, foi realizada, por exemplo, nos últimos dias 17 e 18 de março, na sede do Tribunal Superior Eleitoral, em Brasília, a sétima edição do Encontro Ibero-Americano de Magistradas Eleitorais. O evento, pela primeira vez sediado no Brasil, teve como tema *Igualdade de Gênero e Democracia*.

Estiveram presentes no evento representantes de organismos eleitorais da Bolívia, do Chile, da Colômbia, do Equador, do México, do Panamá, do Peru, da República Dominicana, do Uruguai, da Venezuela, dos Estados Unidos e do Canadá. O encontro também contou com representantes de todos os 27 Tribunais Regionais Eleitorais do Brasil, que debateram as várias experiências internacionais relativas às políticas afirmativas de participação da mulher na política.

Após uma riquíssima troca de experiências, quando se discutiram, entre outros temas, os preconceitos sofridos pelas mulheres nas diversas instâncias sociais e políticas, as perspectivas da igualdade de gênero nas democracias do Continente, a situação da realidade brasileira, foi firmada, após o encontro, a *Declaração de Brasília*, com ênfase no princípio da igualdade de gêneros. Os organismos eleitorais ficaram de adotar medidas de promoção, valorização e incentivo ao aumento da participação das mulheres no processo político dos países ibero-americanos.

Nesse sentido, hoje prevalece no Tribunal Superior Eleitoral uma jurisprudência e uma leitura da legislação de se amplificar sempre uma leitura da participação da mulher na política.

Para encerrar, Sr. Presidente, especificamente sobre a campanha publicitária institucional que V.Exa. daqui a pouco fará a apresentação, eu gostaria de destacar, em rápidas palavras, que a campanha de incentivo à participação da mulher na política, neste ano eleitoral, destaca a relevância da atuação feminina não apenas no âmbito político, mas também como agente social transformador, participando das decisões da sua comunidade, do seu bairro e do seu Município.

O conceito de “derrubar rótulos” buscou a quebra de preconceitos antigos existentes na sociedade, reforçando a importância e a força da mulher, que supera dia a dia vários obstáculos sociais e culturais, o que demonstra toda a sua competência e sensibilidade como profissional, líder, cidadã e personagem essencial para o fortalecimento da democracia no País.

A campanha Igualdade na Política será veiculada em todo o território nacional, a partir de amanhã, e será composta das seguintes peças publicitárias: um filme de 60 segundos a ser veiculado em televisão; spot de rádio de 30 segundos; cartaz impresso e virtual adaptado para as redes sociais com a divulgação da hashtag *#MulheresNaPolítica*.

Então, Sr. Presidente, são essas as palavras que eu gostaria de dizer, em nome do Poder Judiciário Eleitoral, em nome do Tribunal Superior Eleitoral. Agradeço a honra da oportunidade dada pelo Congresso Nacional de aqui se lançar, mais uma vez — já houve esse lançamento também no ano de 2014 —, a campanha afirmativa de incentivo à participação das mulheres na política brasileira e na política local, proque neste ano as eleições são municipais.

Agradeço a atenção de todos. Muito obrigado a todos. (*Palmas*.)

SEGUE, NA ÍNTegra, O PRONUNCIAMENTO DO SR. MINISTRO DIAS TOFFOLI

O SR. MINISTRO DIAS TOFFOLI (Sem apanhamento taquigráfico) - Participação feminina na política: gênero, democracia e políticas públicas.

Em 24 de fevereiro de 1932, o Brasil deu um grande passo, representativo de enorme avanço em questões que envolvem a igualdade de gênero na política. Com a edição do Decreto nº 21.076, que instituiu o primeiro Código Eleitoral brasileiro, o sufrágio passou a ser universal, estendendo-se a todas as pessoas alfabetizadas e maiores de idade, incluindo as mulheres, o direito de votar e de ser votadas em âmbito nacional.

Na América Latina, o Brasil foi o segundo país a reconhecer esse direito, após o Equador, e o fez antes de países como a França, a Itália e a Bélgica.

Passados 84 anos de tal conquista, as mulheres são hoje a maioria do eleitorado brasileiro, com quase 74,5 milhões de eleitoras, segundo dados recentes do Tribunal Superior Eleitoral, ou seja, 52,13% do total do eleitorado.

E pela primeira vez na história do País, nas eleições presidenciais de 2010, uma mulher foi eleita para ocupar o cargo mais alto do Poder Executivo brasileiro.

No entanto, representaram pouco menos de 11% dos parlamentares eleitos em 2014. Somente 178 mulheres conseguiram se eleger, de um total de 1.627 candidatos eleitos.

Para o Congresso Nacional, foram eleitas 5 senadoras em 27 vagas em disputa (renovação de 1/3 da Casa) e 51 deputadas federais, entre 513. Percebe-se, assim, que a porcentagem de mulheres no Congresso é sobremaneira inferior à de homens, que representam, na atual legislatura, 90% dos parlamentares.

Afinal de contas, a conquista da democracia não se reflete apenas no momento da votação; trata-se de um processo contínuo que envolve políticas estatais, atividades educativas, culturais e a conscientização sobre a importância do papel da mulher como cidadã, bem como a superação dos preconceitos históricos acerca da inferioridade e submissão da mulher em relação ao homem.

Entre as causas da baixa participação feminina na elite política brasileira, apontadas por Lúcia Avelar na obra *Mulheres na Elite Política Brasileira*, vale destacar os ciclos da vida da mulher, os tipos de família e estruturas familiares, as estruturas dos Estados, os regimes políticos e os valores do tradicionalismo e da religiosidade.

Quanto às estruturas dos Estados, a autora revela que “as regras institucionais moldam as práticas políticas”. O desafio dos estados contemporâneos, portanto, é criar mecanismos institucionais de inclusão das mulheres nos organismos políticos e viabilizar o seu ingresso nos quadros partidários e nas conquistas de mandatos eletivos.

Entre as normas constitucionais asseguradoras da igualdade de gêneros, vale destacar:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

[...]

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

[...]

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

[...]

DOS DIREITOS POLÍTICOS

Art 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: [...]

A previsão de cotas de gênero e de outros mecanismos de incentivo à participação feminina em atividades político-partidárias, bem como de acesso a cargos eletivos, foi instituída em normas infraconstitucionais, conforme abordado a seguir.

1) PUBLICIDADE INSTITUCIONAL PELO TSE:

No que tange ao papel do Poder Judiciário, o Tribunal Superior Eleitoral, em cumprimento ao que determina a legislação, realiza periodicamente publicidade institucional de incentivo à igualdade de gênero e a uma maior participação feminina na política.

Trata-se de política afirmativa voltada para o amadurecimento e para a conquista da plenitude do nosso regime democrático, dirigida à Justiça Eleitoral, a guardiã da democracia brasileira, que decorre de importante conquista legislativa incorporada ao texto da Lei nº 9.504/97 pela Lei nº 13.165, de 2015, com o seguinte teor:

Art. 93-A. O Tribunal Superior Eleitoral, no período compreendido entre 1º de abril e 30 de julho dos anos eleitorais, promoverá, em até cinco minutos diários, contínuos ou não, requisitados às emissoras de rádio e televisão, propaganda, institucional, em rádio e televisão, destinada a incentivar a participação feminina na política, bem como a esclarecer os cidadãos sobre as regras e o funcionamento do sistema eleitoral brasileiro (Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015).

Essas campanhas têm surtido um satisfatório efeito: nas últimas eleições, por exemplo, o número de mulheres aptas a concorrer cresceu 71% em relação ao pleito de 2010, alcançando quase 1/3 do total de candidatos.

2) COTAS DE GÊNERO EM REGISTROS DE CANDIDATURA:

No plano legislativo, o Brasil já dispõe de outros mecanismos de incentivo à participação feminina na política e à igualdade de gênero, consubstanciado pela edição de diversas normas.

A pioneira delas, datada de 1995 (Lei nº 9.100), previa, para as eleições municipais que seriam realizadas no ano de 1996, que pelo menos 20% das vagas de cada partido ou coligação deveriam ser preenchidas por candidatas do sexo feminino.

Na sequência, com a edição da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, estabeleceu-se que cada partido ou coligação deve reservar um percentual mínimo de 30% para candidaturas de cada sexo. As cotas de gênero estão atualmente previstas na Lei das Eleições, que, ao tratar do REGISTRO DE CANDIDATOS, traz a seguinte redação:

Lei 9.504/97:

Art.10. [...]

§ 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo (Redação dada pela Lei nº 12.034, de 2009).

Deve-se destacar, ainda, que este Tribunal Superior Eleitoral sempre se mostrou rigoroso com o respeito a esse percentual mínimo de candidaturas do sexo feminino, não tolerando que ele fosse desrespeitado ou burlado.

Como afirmou o eminente Ministro Gilmar Mendes, em recente julgamento sobre o tema (AgR no REspE nº 1608-92/PR), a aludida norma legal “tem como finalidade garantir o pluralismo e, ao fazer reserva

percentual para cada sexo, busca assegurar maior equilíbrio na representatividade de gêneros no cenário político”

Cito outros precedentes do TSE:

[...] CARGO. DEPUTADO FEDERAL. VAGA REMANESCENTE. PERCENTUAIS MÍNIMOS DE GÊNERO. ART. 10, § 3º, DA LEI N° 9.504/97. NÃO OBSERVÂNCIA. [...].

Os percentuais de gênero previstos no art. 10, § 3º, da Lei n° 9.504/97 devem ser observados tanto no momento do registro da candidatura quanto em eventual preenchimento de vagas remanescentes ou na substituição de candidatos, conforme previsto art. 19, § 7º, da Resolução-TSE n°23.405/2014.

In casu, não se verifica ser possível o deferimento da candidatura do ora Agravante para concorrer a vaga remanescente, porquanto isso importaria o descumprimento das quotas de gênero determinadas pela legislação eleitoral.

(ED-Respe n° 55188, Acórdão de 23/10/2014, Rel. Min.. LUIZ FUX, Publicação: PSESS - Publicado em Sessão, Data 23/10/2014)

AGRADO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. DRAP. PERCENTUAIS DE GÊNERO. NÃO OBSERVÂNCIA. REEXAME. SÚMULA 7/STJ.

1. A norma prevista no art.10, § 3º, da Lei 9.504/97, tem caráter objetivo e o seu descumprimento impede a regularidade do registro da coligação ou do partido interessado em participar das eleições.

2. No caso, facultou-se à coligação, no prazo legal, adequar o DRAP aos percentuais de gênero, mas a determinação não foi atendida oportunamente.

(AgRespe n° 11781, Acórdão de 06/11/2012, Relator(a) Min. FÁTIMA NANCY ANDRIGHI, PSESS - Publicado em Sessão, Data 6/11/2012)

3) PROPAGANDA PARTIDÁRIA:

Outra importante inovação legislativa, com vistas a incrementar a participação feminina na política, deu-se com a promulgação da Lei n° 12.034/09, complementada, mais tarde, pela Lei n° 13.165/15, que introduziu regra na Lei n° 9.096/95, impondo observância de percentual mínimo de 10% em programas de propaganda partidária e em inserções de propaganda gratuita à promoção e difusão da participação feminina na política.

Eis o teor da referida norma:

Lei n° 9.096/95 — Lei dos Partidos Políticos

Do Acesso Gratuito ao Rádio e à Televisão

Art. 45. A propaganda partidária gratuita, gravada ou ao vivo, efetuada mediante transmissão por rádio e televisão, será realizada entre as dezenove horas e trinta minutos e as vinte e duas horas para, com exclusividade:

I - difundir os programas partidários;

II - transmitir mensagens aos filiados sobre a execução do programa partidário, dos eventos com este relacionados e das atividades congressuais do partido;

III - divulgar a posição do partido em relação a temas políticocomunitários.

IV - promover e difundir a participação política feminina, dedicando às mulheres o tempo que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 10% (dez por cento) do programa e das inserções a que se refere o art. 49. (Redação dada pela Lei n° 13.165, de 2015)

Cito precedentes acerca do tema:

AGRADO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DO ART. 45, INCISO IV, DA LEI N° 9.096/1995. DESPROVIMENTO.

1. O Tribunal Regional Eleitoral, analisando o conjunto probatório dos autos, julgou procedente a representação, por entender que, para a difusão da participação política feminina, é insuficiente a mera veiculação de propaganda partidária apresentada por figuras femininas que tenham significativa representatividade, se não tiver o conteúdo pretendido pela norma.

2. O incentivo à participação feminina no âmbito da propaganda partidária, como ação afirmativa, merece ser interpretado de forma a conferir maior efetividade possível à norma (REspe n° 523-63/SP, rel. Min. Henrique Neves da Silva, julgado em 1º.4.2014). Não há como definir-se em princípio se a propaganda partidária apresentada por figuras femininas que tenham significativa representatividade atende ao escopo da norma, o que só deve ser aferido no caso concreto.

3. O art. 45, inciso IV, da Lei n° 9.096/1995 tem como objetivo assegurar o pluralismo. Da moldura fática delineada pelo TRE depreende-se que não foi cumprido o percentual de tempo destinado a

promover e difundir a participação política feminina, pois a utilização das imagens e falas das figuras femininas diluiu-se no conteúdo genérico da propaganda ao tratar de projeto de poder, mudanças, inauguração de creches e outros temas.

4. Decisão agravada mantida por seus fundamentos. Agravo regimental desprovido.

(Agravo Regimental, em Recurso Especial Eleitoral nº 13779, Acórdão de 01/12/2015, Rel. Min. GILMAR FERREIRA MENDES, Publicação: DJE - 16/02/2016)

AGRADO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL ELEITORAL. PROPAGANDA PARTIDÁRIA. INSERÇÕES. PROMOÇÃO E DIFUSÃO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA. ART. 45, IV e § 4º, DA LEI 9.096/95. AUSÊNCIA DE DECADÊNCIA. CUMPRIMENTO DO PRAZO.

1. A teor do art. 45 da Lei 9.096/95, a propaganda partidária deverá destinar o percentual mínimo de 10% do tempo para a promoção e difusão da participação política feminina. Dessa forma, a aferição do cumprimento da norma deve ser feita com base no total das inserções veiculadas no semestre.

(Agravo Regimental em Recurso Especial Eleitoral nº 29384, Acórdão de 01/10/2014, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJE - Diário de justiça 22/10/2014)

4) VINCULAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS ORIUNDOS DO FUNDO PARTIDÁRIO À CRIAÇÃO E MANTENÇÃO DE PROGRAMAS DE PROMOÇÃO E DIFUSÃO DA PARTICIPACÃO POLÍTICA DAS MULHERES:

Lei nº 9.096/95 — Lei dos Partidos Políticos

Art. 44. Os recursos oriundos do Fundo Partidário serão aplicados:

[...]

V - na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, criados e mantidos pela secretaria da mulher do respectivo partido político ou, inexistindo a secretaria, pelo instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política de que trata o inciso IV, conforme percentual que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 5% (cinco por cento) do total, (Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)

[...]

§ 5º O partido político que não cumprir o disposto no inciso V do caput deverá transferir o saldo para conta específica, sendo vedada sua aplicação para finalidade diversa, de modo que o saldo remanescente deverá ser aplicado dentro do exercício financeiro subsequente, sob pena de acréscimo de 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento) do valor previsto no inciso V do caput, a ser aplicado na mesma finalidade. (Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)

§ 5º-A. A critério das agremiações partidárias, os recursos a que se refere o inciso V poderão ser acumulados em diferentes exercícios financeiros, mantidos em contas bancárias específicas, para utilização futura em campanhas eleitorais de candidatas do partido. (Incluído pela Lei nº 13.165, de 2015)

[...]

§ 7º A critério da secretaria da mulher ou, inexistindo a secretaria, a critério da fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política, os recursos a que se refere o inciso V do caput poderão ser acumulados em diferentes exercícios financeiros, mantidos em contas bancárias específicas, para utilização futura em campanhas eleitorais de candidatas do partido, não se aplicando, neste caso, o disposto no § 5º. (Incluído pela Lei nº 13.165, de 2015)

Nesse ponto, é importante ressaltar que, segundo o disposto no art.17, caput, da CF/88, "é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana", observando-se, entre outros preceitos, a prestação de contas a Justiça Eleitoral (art. 17, III, da CF/88).

Com efeito, o desvio dos recursos do Fundo Partidário será examinado pela Justiça Eleitoral, que, caso desaprove as contas, poderá aplicar as penalidades previstas em lei. Colaciono julgado recente deste Tribunal no qual houve desaprovação parcial das contas de partido político em decorrência de descumprimento da referida regra:

PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL (PEN). EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012. IRREGULARIDADE GRAVE. DESAPROVAÇÃO PARCIAL.

1. A não comprovação da correta aplicação do montante de mais de 20% dos recursos provenientes do Fundo Partidário, na criação e manutenção de instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política, nos termos do inciso IV do art. 44 da Lei nº 9.096/95, ensejam a desaprovação da prestação de contas do partido.

2. Não comprovação da aplicação mínima de recursos do Fundo Partidário na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, nos termos do inciso V do art. 44 da Lei 9.096/95.

3. Desaprovação parcial das contas do partido.

(Prestação de Contas nº 23167, Acórdão de 16/09/2014, Relatora Min. LUCIANA CHRISTINA GUIMARÃES LÓSSIO, Publicação: 7/10/2014)

É inegável que se faz necessário assegurar às mulheres acesso ao financiamento, aos programas partidários de rádio e televisão, entre outras medidas, tudo como forma de diminuir a desigualdade de gênero nas democracias contemporâneas.

Nesse sentido, o Brasil vem apresentando importantes conquistas, o que sem dúvida denota o aprimoramento da democracia em nosso país, mas o certo é que essa matéria ainda está a reclamar novos e progressivos avanços.

Conquanto pelo menos desde 1988, com a promulgação de nossa vigente Magna Carta, não haja dúvidas acerca da absoluta igualdade de direitos entre os sexos, o certo é que essa isonomia é, muitas vezes, apenas de ordem formal.

A dura realidade vivida pela maioria das mulheres, Brasil afora, não permite que, na prática, haja igualdade material entre os sexos, até mesmo em razão dos muitos anos vividos em condições de absoluta desigualdade.

Por isso, são necessários mecanismos para assegurar-se uma efetiva equiparação de direitos entre os sexos e, para tanto, ações afirmativas ainda se fazem necessárias.

De nossa parte, procuramos manter uma constante interlocução com as Bancadas Femininas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, na busca de uma maior participação das mulheres na política no Brasil, cientes de que não será apenas através de iniciativas legislativas que as mulheres atingirão o desejável nível de participação na cena pública nacional, compatível com o número expressivo de eleitoras e cidadãs que vivem em nosso País.

Alterações mais profundas se fazem necessárias, no seio da sociedade brasileira, para que esse objetivo seja efetivamente alcançado, e isso passa por uma necessária mudança de mentalidade, da forma como se encara o próprio papel da mulher em nosso contexto social, num processo longo, de superação de preconceitos de há muito arraigados entre nós, acerca do mito da inferioridade feminina.

Na busca incessante pelo reconhecimento do protagonismo das mulheres em todos os setores da sociedade, foi realizada, nos últimos dias 17 e 18 de março, na sede do TSE, em Brasília, a sétima edição do Encontro Ibero-Americano de Magistrados Eleitorais.

O evento teve como tema “Igualdade de Gênero e Democracia”.

Estiveram presentes representantes de organismos eleitorais da Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, México, Panamá, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela, Estados Unidos e Canadá. O encontro também contou com representantes de todos os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) brasileiros.

Após uma riquíssima troca de experiências, nos quais se discutiram, entre outros temas, os preconceitos sofridos pelas mulheres nas diversas instâncias sociais e políticas, as perspectivas da igualdade de gênero nas democracias do continente, a Situação Brasileira, foi firmada a *Declaração de Brasília*, com ênfase no princípio da igualdade de gêneros, instando os organismos eleitorais a adotar várias medidas de promoção, valorização e incentivo ao aumento da participação das mulheres no processo político dos países ibero-americanos.

Quadro evolutivo da representatividade feminina no eleitorado e nas candidaturas entre os anos de 1998 a 2014

Ano	Total de Eleitores	Eleitoras	% Eleitoras	Total de Candidatos	Candidatas	% Candidatas;
1998	106.101.067	52.794.597	49,76%	15.023	1.879	12,51%
2000	109.826.263	55.437.428	50,48%	383.731	71.652	18,67%
2002	115.254.113	58.604.626	50,85%	19.900	2.883	14,49%
2004	121.391.631	62.164.232	51,21%	401.786	85.339	21,24%
2006	125.913.494	64.882.284	51,53%	20.790	2.983	14,35%
2008	130.604.430	67.563.739	51,73%	384.404	81.843	21,29%
2010	135.804.433	70.373.971	51,82%	22.577	5.061	22,42%
2012	140.646.446	73.030.460	51,92%	451.805	138.977	30,76%
2014	142.822.046	74.459.424	52,13%	26.171	8.131	31,07%

Fonte: Repositório de dados Eleitorais (<http://www.tse.jus.br/eleicoes/repositorio-de-dados-eleitorais>). Consulta em 14/03/ 2016

Sobre a Campanha Publicitária Institucional: Igualdade na Política

A campanha de incentivo à participação da mulher na política neste ano eleitoral destaca a relevância da atuação feminina não apenas no âmbito político, mas também como agente social transformador, participando das decisões da sua comunidade, do seu bairro e do seu município.

O conceito de “derrubar rótulos” buscou a quebra de preconceitos antigos existentes na sociedade, reforçando a importância e a força da mulher, que supera dia a dia vários obstáculos sociais e culturais. O que demonstra toda sua competência e sensibilidade como profissional, líder, cidadã e personagem essencial para o fortalecimento da democracia no País.

A campanha Igualdade na Política será veiculada em todo o território nacional a partir de amanhã (1º de abril) e será composta das seguintes peças publicitárias:

- filme de 60” para veiculação em televisão;
- spot de 30” para rádio;
- Cartaz impresso e virtual, adaptado para as redes sociais com a divulgação da (hashtag) #MulheresNaPolítica.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB-AL) - Vamos agora assistir ao vídeo de lançamento da campanha institucional Mulher na Política. Em seguida, nós ouviremos o áudio referente à campanha, que será veiculada por rádio em âmbito nacional.

(Procede-se à exibição de vídeo e reprodução de áudio.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB-AL) - Eu tenho a honra e a satisfação de conceder a palavra à Senadora Marta Suplicy, pela Liderança do PMDB no Senado Federal.

A SR^a MARTA SUPLICY (PMDB-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Quero saudar o Ministro Dias Toffoli, a Ministra Luciana Lóssio, todas as colegas Parlamentares, a Senadora Elcione Barbalho, a Deputada Dâmina Pereira.

Agradeço à Senadora Vanessa Grazziotin, que requereu esta sessão, a gentileza de permitir que eu, por ter um voo marcado, fale antes de S.Exa.

Saúdo, por fim, a querida amiga Márcia Rollemburg, Primeira-Dama de Brasília.

É uma satisfação muito grande receber o Ministro Dias Toffoli no Senado e comemorar esta sessão solene em homenagem ao lançamento da campanha institucional Mulher na Política, do TSE.

Eu falo aqui em nome do PMDB e do Bloco da Maioria.

Desde a minha volta ao Senado, venho encontrando nas Senadoras e nas Deputadas desta Legislatura um ânimo redobrado por avançarmos na agenda de mais mulheres na política. E ganhamos o apoio entusiasmado do Ministro Dias Toffoli.

Lembro que no lançamento da nossa campanha, em São Paulo, ano passado, pedi ao Ministro e ele atendeu: escreveu um artigo para o dia do lançamento, e o artigo foi publicado no jornal *Folha de S.Paulo*. Esse gesto de boa vontade foi muito importante para nós. (Palmas.)

O gesto foi além da boa vontade, pela forma como o Ministro Toffoli se colocou no artigo e pelo apanhado que fez, de forma detalhada, tal como fez há pouco, mais brevemente, da história do voto da mulher desde a edição do Decreto nº 21.076, que instituiu o primeiro Código Eleitoral brasileiro, o sufrágio passou a ser universal, estendendo-se a todas as pessoas alfabetizadas, maiores de idade, aí incluídas as mulheres.

Foi uma dissertação da maior importância que posicionou que, “*de parte do Poder Judiciário, o TSE, em cumprimento ao que determina a legislação, realiza periodicamente propagandas institucionais de incentivo à igualdade de gênero e a uma maior participação feminina na política*”.

O Ministro expôs que as campanhas têm surtido um efeito satisfatório, com o crescimento do número de mulheres aptas a concorrer — cresceu 71% em relação ao pleito de 2010.

Agora, nós sempre dizemos que há muito a fazer, porque cresceu o número de candidatadas, mas não cresceu a representativa. Nós não somos maioria, mas apenas 10%, percentual que nós éramos 15 ou 20 anos atrás.

Estamos pensando em novas formas, no que deu errado, no que está equivocado, no que não deu certo. Este não é o momento de discorrer sobre isso, mas podem ter certeza que nós, mulheres, temos nos debruçado sobre essa questão. E o que hoje está acontecendo é bastante importante, porque é parte dessa estratégia da visibilidade.

Fico ainda mais feliz por ter podido contribuir: além das cotas nos partidos, como Deputada, nos anos 90, agora com as emendas que apresentei ao Senado na última proposta da reforma política.

A primeira emenda buscava justamente garantir mais tempo na propaganda institucional do Tribunal Superior Eleitoral — TSE, para incentivar a participação feminina. Em sua votação, a Câmara dos Deputados havia reduzido o período de inserções de 120 para 45 dias. Nós retomamos os 120 dias, que é o que está valendo.

A segunda emenda propunha que se destinasse recursos do Fundo Partidário à promoção e à difusão da participação das mulheres na política. Sua administração passou para as Secretarias de Mulheres dos partidos. Os recursos destinados ao Fundo Partidário vão para o partido, evidentemente, mas nem sempre a cota das mulheres chegam às mãos delas. Agora vai passar a chegar.

Fico feliz por, no meu partido, o PMDB, isso já estar valendo, pois a última convenção adotou a nomenclatura Secretaria da Mulher, para que possamos gerir os recursos para ampliar a participação de mulheres na política.

Ações como essas vão garantindo que os partidos valorizem as mulheres que atuam em suas fileiras.

Continuamos aqui, firmes, incentivando a luta das Deputadas para que consigam aprovar, na Câmara dos Deputados — nós sabemos que lá é sempre mais difícil —, a Proposta de Emenda à Constituição que garante que sejam reservadas, progressivamente, cadeiras para mulheres nos Legislativos: 10%, depois, 12% e, depois de alguns anos, 16%. A proposta não foi aprovada na Câmara, nós a reformulamos, e agora ela volta à Câmara.

Não somos melhores e nem piores do que os homens, mas o Parlamento é deficiente em relação ao necessário olhar da mulher na discussão e aprovação de políticas públicas.

Pensamos diferente muitas vezes, e nossa opinião é sempre complementar, oxigena e traz mais democracia às discussões sobre os caminhos do País.

Eu agradeço todo o esforço nessa luta, que, para mim, é luta de vida. Agora que estamos também confeirindo o Prêmio Bertha Lutz aos homens que contribuem nessa agenda das mulheres, já faço a indicação para homenagearmos, no ano que vem, esse parceiro da causa, o Ministro Toffoli. (*Palmas.*)

Fizemos este ano justíssima homenagem a Marco Aurélio Mello, Ministro do Supremo Tribunal Federal há 25 anos. Em 2014, como Presidente do TSE, lançou a campanha publicitária Mulher na Política e lançou a ideia publicitária *Todo Poder às Mulheres*, defendendo condições que favoreçam a maior participação feminina em todas as instâncias de poder e de atuação da sociedade.

Fica a sugestão e o nosso profundo agradecimento ao Ministro e ao Tribunal Superior Eleitoral

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB-AL) - Eu vou conceder a palavra à Procuradora da Mulher no Senado Federal, a Senadora Vanessa Grazziotin.

Antes, contudo, gostaria de registrar, com muita satisfação, a presença de Camila Lanes, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas — UBES (*palmas*) e de Adriana Toledo, representando o PSDB Mulher. É uma honra muito grande tê-las aqui. (*Palmas.*)

Tem a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Sr. Presidente Renan Calheiros.

Quero cumprimentar as Deputadas Federais Dâmina Pereira e Elcione Barbalho, que de forma tão competente coordenam a Bancada Feminina na Câmara dos Deputados, e, através delas, cumprimentar todas as Deputadas Federais aqui presentes.

Quero cumprimentar o Sr. Ministro José Antonio Dias Toffoli, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, assim como a Sra. Luciana Christina Guimarães Lóssio e o Sr. Henrique Neves da Silva, também Ministros do Tribunal Superior Eleitoral. Quero agradecer a parceria que temos selada há muito tempo.

O TSE, sem dúvida nenhuma — acho que ficou muito claro na intervenção do Ministro Toffoli —, tem sido um grande parceiro das mulheres, porque não basta haver a lei, é preciso fazer cumprir a lei. Se os partidos políticos entenderem que nenhuma punição sofrerão ao não preencher a cota efetiva das mulheres, eles obviamente não se empenharão. Entretanto, Presidente Renan, com as atitudes, nesses últimos anos, do Tribunal Superior Eleitoral, nós estamos vendo crescer significativamente o número de candidaturas de mulheres pra valer, não apenas daquelas que dão os seus nomes.

Quero cumprimentar a querida Márcia Rollemburg, que, além de Primeira-Dama, é colaboradora do Governo de Brasília e Diretora Executiva da Fundação João Mangabeira.

Quero cumprimentar os embaixadores e embaixadoras presentes, se me permitem, fazendo uma homenagem a duas mulheres embaixadoras que aqui estão, a Embaixadora da Mongólia, Sosormaa, e a Embaixadora de Cuba, Marielena Capote. Obrigada pela presença. (*Palmas.*)

Cumprimento a Sra. Tatau Godinho, que está representando a nossa querida Ministra de Estado das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, e, através de S.Sa., cumprimento todas as mulheres e homens agentes públicos aqui presentes. (*Palmas.*)

Cumprimento os representantes de todos os movimentos sociais da juventude.

Cumprimento a Sra. Santa Alves, que aqui representa a União de Negros pela Igualdade. (*Palmas.*)

Muito obrigada a todos pela presença.

Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, estamos aqui com um número significativo de Senadoras. Somos, Ministro Dias Toffoli, 12 senadoras, de um total de 81 Senadores — uma representação significativa.

Quero ainda cumprimentar a Senadora Angela Portela, aqui presente, a Senadora Regina Sousa e a Senadora Sandra Braga, também representante do meu Estado do Amazonas, que foi, aliás, o primeiro Estado a dar ao Brasil uma Senadora e que é, agora, também o primeiro a ter duas mulheres em sua bancada. (*Palmas.*)

Cumprimento também a Senadora Martha Suplicy que acabou de se pronunciar, a Senadora Ana Amélia, que esteve aqui presente, e também a Senadora Gleisi Hoffmann.

Sr. Presidente, penso que devemos registrar, em primeiro lugar, a união dos Poderes Legislativo e Judiciário na cerimônia de hoje. Mais do que prestar contas à sociedade sobre o cumprimento da legislação eleitoral, representa fazer valer a expectativa de milhões de brasileiras e brasileiros que carregam a esperança de viver em um País onde a equidade na política esteja perto de ser alcançada.

A longa trajetória iniciada na era republicana do Brasil, pela trilha corajosa de mulheres como Carlota de Queirós e Bertha Lutz, inspira a atual bancada de 52 Deputadas Federais e 12 Senadoras a sentirmo-nos irmãadas a tantas Marias, a tantas Margaridas, a tantas Joanas que serão eleitas para o Parlamento e ocuparão de fato vagas e cadeiras tanto nas eleições municipais de outubro deste ano, quanto nas próximas eleições ou nossos próximos pleitos para o Congresso Nacional.

Estamos sim escrevendo a história e rompendo paradigmas. Esse é o nosso papel na vanguarda das ações em benefício de toda a sociedade. Devemos elevar nossa voz e esclarecer a cada dia mulheres e homens a respeito dos dogmas impetrados pela cultura patriarcal, que desde os primeiros tempos do voto feminino tentou e, em grande medida, conseguiu impor limites insanos ao protagonismo das mulheres ao querer fazer acreditar, por exemplo, que o voto da mulher representaria desagregação familiar e desequilíbrio social.

Pois foi assim, Ministra Luciana Lóssio, que nós conquistamos o direito de voto no Brasil: debates intensos no Parlamento brasileiro, tanto na Câmara quanto no Senado Federal. A maioria dos Parlamentares homens dizia que as mulheres não poderiam ter o direito ao voto, porque, se assim o fosse, também deveriam ter o direito de serem votadas, e as mulheres na política representariam a desagregação familiar e o desequilíbrio social.

Era assim que se dizia no passado. Hoje em dia, não dizemos e nem ouvimos mais palavras ou frases com esse significado. Mas, infelizmente, na vida cotidiana e de forma subliminar, naquele pensamento que não é dito, nós sofremos esse tipo de discriminação todos os dias. Eu não tenho dúvida nenhuma de que é esse pensamento que saiu das palavras, mas não do subconsciente da sociedade, que ainda impõe em nosso meio e que nós temos o dever, mulheres e também homens, de extirpar.

Muito pelo contrário, senhoras e senhores, as sufragistas, há mais de 80 anos, construíram o que hoje aqui estamos registrando como uma conquista para a sociedade como um todo. As alterações promovidas pela Lei nº 3.165, de 2015, já tão bem relatadas pelo Ministro Dias Toffoli e aqui também destacadas pela Senadora Marta Suplicy, mostram que essa foi uma conquista que nós tivemos. Não foi uma conquista significativa — é ainda muito pequena diante do que precisamos —, mas foi, sem dúvida nenhuma, uma conquista importante que tem de ser reconhecida.

Essas mudanças que entraram em vigor no dia 29 de setembro representam, sem dúvida nenhuma, um importante avanço rumo à reforma político-eleitoral de que tanto o Brasil necessita. Nós precisamos efetivamente não de pequenas mudanças — reconhecemos a importância delas —, a sociedade precisa efetivamente é de uma reforma política profunda, que permita que o Parlamento brasileiro seja o espelho da nossa sociedade. (*Palmas.*)

Temos que reconhecer que o Parlamento brasileiro, na sua composição — não digo nas suas opiniões —, não representa o espelho da sociedade.

Aqui há muito poucas negras — não é, Senadora Regina? —, muito poucos negros, muito poucos operários, muito poucas trabalhadoras domésticas ou quase nada.

A reforma política que nós queremos é uma reforma política verdadeiramente democrática, na qual o sistema político eleitoral esteja a serviço da sociedade, e não apenas daqueles de maior poder aquisitivo.

A meu ver, o novo diploma, a Lei nº 13.165, consiste numa novidade significativa para o ambiente eleitoral, pois promove mudanças no quadro de representação partidária. A partir de modificações dessa lei, o Tribunal Superior Eleitoral poderá efetivar mecanismos para o fortalecimento da participação das mulheres na vida política. As alterações na legislação eleitoral favorecem a construção de caminhos para as mulheres ampliarem seu espaço nas discussões políticas, ocupando posições que lhes são de direito num país democrático.

E a publicidade, Ministro Toffoli, acaba dizendo isto: mais mulheres na política é mais democracia para o País. Muito obrigada pela produção de tão bela peça publicitária. (*Palmas.*)

A nova lei também aprimorou instrumentos, como já foi dito pela Senadora Marta — não vou repetir. A lei, pela primeira vez, reconhece a existência da Secretaria da Mulher nos partidos políticos e dá às Secretarias autonomia para gerir os recursos do Fundo Partidário.

Outra grande conquista que obtivemos com essa lei, Presidente Renan Calheiros, foi a ampliação da nossa participação na comunicação dos partidos políticos, nas propagandas político-partidárias, que não são gratuitas, porque são bancadas pelo Estado brasileiro, que recompõe os custos às emissoras dos meios de comunicação do País.

Nós conseguimos ampliar — quero reconhecer não só o empenho da bancada feminina, mas também a compreensão dos Srs. Senadores e dos Srs. Deputados —, para as próximas eleições, de 10% para 20% a participação das mulheres nos horários de televisão e de rádio, o que para nós também é significativo. (*Palmas.*)

Eu penso que o que comprova a necessidade dessas mudanças de que tanto falamos no sistema político eleitoral brasileiro — não só no sistema político, mas principalmente nele — é o fato de que o índice de representação no Congresso Nacional brasileiro é um dos mais baixos do mundo. De acordo com o mapa da Organização das Nações Unidas e da União Interparlamentar, o Brasil ocupa a 158ª posição de um total de 190 países analisados quanto à representação feminina no Legislativo.

A média mundial é de 22% de mulheres no Parlamento. O Brasil tem aproximadamente 10%, ficando abaixo de impressionantes 5 pontos percentuais do Oriente Médio! O Oriente Médio tem uma composição média de 16% de participação de mulheres no Parlamento. Ou seja, até mesmo no Oriente Médio a mulher tem maior índice de representatividade no Parlamento do que no Brasil. Nossa representatividade é metade da média que se verifica no mundo, e a diferença seria maior se a nossa própria representatividade não puxasse a média mundial para baixo.

Vejo com tristeza, como todos nós, todas nós aqui, a constatação de que um país como Brasil, reconhecido pelos costumes liberais e progressistas, tem um nível de representação feminina inferior ao de Estados cujas conquistas femininas são ainda tímidas e recentes.

Eu fiquei muito feliz, Presidente Renan, por ver, recentemente, no Tribunal Superior Eleitoral, em evento ibero-americano muito importante que reuniu mulheres magistradas das Justiças Eleitorais de mais de 24 países, como elas relatavam a participação das mulheres. Como nós ainda estávamos atrasadas, Ministra Luciana Lóssio.

A Ministra Luciana Lóssio foi eleita para presidir essa importante entidade no âmbito do nosso continente. Sem dúvida nenhuma, V.Exa. nos trará grandes contribuições nessa tarefa que agora passa a assumir.

Enfim, quero concluir meu pronunciamento dizendo que, nos próximos dias, nós a bancada das Deputadas e das Senadoras deveremos lançar outra publicação.

Vamos fazer um comparativo e vamos fazer uma análise de dois mapas distintos. Aparentemente, um não tem nada a ver com o outro. Em um mapa, nós ocupamos as primeiras posições. No outro mapa, ocupamos as últimas posições. Vamos juntar esses dois mapas: o mapa da participação da mulher na política, portanto o mapa do empoderamento da mulher, com o mapa da violência contra a mulher. Quanto à participação na política, nós estamos lá embaixo. Quanto à violência contra as mulheres, quanto à violência doméstica, nós estamos lá em cima. Somos o quinto País do planeta onde a mulher mais sofre violência.

O que isso tem a ver? Absolutamente tudo. Quando a mulher não está empoderada, quando a mulher não ascende aos postos de direção e não ocupa os espaços no Parlamento, ela ainda é vista por muitos homens e, muitas vezes, por muitas mulheres também como um ser submisso aos homens, um ser que os próprios homens passam a tratar como não capazes e, sim, objetos de sua propriedade.

(*Palmas.*)

O exemplo maior disso foi o que aconteceu ontem, no Estado de São Paulo. Um homem, um cidadão brasileiro, invadiu o fórum e tentou atear fogo à Juíza Tatiane Moreira Lima, da Vara de Violência Doméstica, a quem queremos prestar a nossa solidariedade. Repito: o homem, que iria ser julgado por crime de violência contra a ex-mulher, invadiu o Fórum do Butantã, em São Paulo, e tentou atear fogo a uma juíza.

É contra isso que nós lutamos, e a luta de combate à violência passa necessariamente pela luta pelo empoderamento.

Muito obrigada a todos pela presença. Principalmente, Ministro Toffoli, muito obrigada pela postura do Tribunal Superior Eleitoral.

Obrigada.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB-AL) - Nesta sessão solene do Congresso Nacional destinada ao lançamento da campanha institucional Mulher na Política, do Tribunal Superior Eleitoral, como incentivo à

participação da mulher no Parlamento, nós concedemos a palavra, com muita satisfação, à Deputada Elcione Barbalho, Procuradora da Mulher na Câmara dos Deputados.

A SR^a ELCIONE BARBALHO (PMDB-PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente do Senado Federal, Exmo. Sr. Senador Renan Calheiros; senhora signatária da presente sessão e Procuradora Especial da Mulher no Senado, além de companheira, amiga e mulher determinada, Senadora Vanessa Grazziotin; como Procuradora da Mulher, quero, acima de tudo, destacar a questão das Deputadas aqui presentes.

Eu peço licença, Sr. Presidente, para cumprimentar as queridas Deputadas Dâmina Pereira, Carmen Zanotto, Keiko Ota, Janete Capiberibe, Jô Moraes, Dulce Miranda, Soraya Santos, Flávia Morais, Christiane de Souza Yared, Gorete Pereira, Raquel Muniz e Angela Albino. Quero cumprimentar também todos os movimentos sociais aqui presentes.

Quero cumprimentá-lo, Sr. Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro José Antonio Dias Toffoli. V.Exa. não sabe a importância deste momento para todos nós.

Eu tenho dito, Sr. Ministro, que, por incrível que pareça, nós temos sempre que esperar a semana de março dedicada internacionalmente à mulher. Sempre precisamos do 8 de março para que haja uma triagem, para que haja interesse do Presidente da Câmara e também do Presidente do Congresso, para que os nossos projetos venham à pauta, para que nós possamos começar a ter espaço e a ter visibilidade. Nós temos que parar com isso. Esse acontecimento deve ocorrer durante os 365 dias do ano. Isso é muito importante para nós.

Ministra do Tribunal Superior Eleitoral, Sra. Luciana Christina Guimarães Lóssio; Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, Sr. Henrique Neves da Silva; Primeira-Dama, Diretora Executiva da Fundação João Mangabeira, querida companheira e também trabalhadora, Márcia Rollemburg; Sras. e Srs. Embaixadores, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, estamos hoje aqui para participar deste importante momento de nossa luta por mais mulheres na política. Eu quero fazer um agradecimento especial ao Presidente do TSE, o Ministro Dias Toffoli, a quem cumprimento e agradeço a presença, assim cumprimentando e agradecendo a presença de todos os magistrados e demais autoridades.

Destaco aqui também a participação do Ministro Marco Aurélio Mello, o primeiro homem a se engajar nessa luta, lançando, no Tribunal Superior Eleitoral, a campanha *Mais Mulheres na Política*. Ressalto também o papel da Ministra Cármem Lúcia. Tempos atrás, estivemos com ela, e ela nos deu muita força ao dizer que dessemos continuidade à luta, que ela estaria pronta para nos dar todo o apoio. Ela foi a primeira mulher a presidir o Tribunal Superior Eleitoral e defendeu incansavelmente o movimento sufragista. A sua atuação e carreira nos motivam e também nos inspiram.

Esta sessão solene marca o lançamento da campanha institucional do Tribunal Superior Eleitoral para incentivar maior número de candidaturas femininas. Até o dia 30 de julho, se Deus quiser, nós teremos, diariamente, uma grande campanha dedicada ao incentivo de pleitos eleitorais femininos.

Vale ressaltar que o papel institucional da mais alta Corte eleitoral deste País é de grande valia e notoriedade, o que confere ainda mais peso e legitimidade a nossa busca incessante pela equidade de gênero. Essa é uma maneira de não só estimular a participação, mas de atuar do ponto de vista cultural. Trata-se de um incentivo ao pensamento de mudança em uma cultura machista, que, infelizmente, ainda hoje enxerga a mulher como inferior.

Por que ganhamos menores salários? Por que isso? Por que é que nós trabalhamos, temos a mesma carga horária, e os nossos salários sempre são menores? Por que vivemos esse quadro de barbárie estampado nos jornais, com estatísticas terríveis de violência contra a mulher?

O preconceito, muitas vezes, é velado, mas ele existe — nós o sentimos na pele diariamente. Campanhas como a que o TSE lança hoje ajudam a mobilizar toda a comunidade e a sensibilizar as próprias mulheres, para que, além de se candidatarem, votem nas mulheres. É incrível como se percebe que a própria mulher ainda tem essa barreira, que ainda cria certa dificuldade em votar e em acreditar em nós, mulheres.

Nós somos mais da metade do eleitorado, 52%, e ainda precisamos pedir, suplicar que nos deem espaço. Se somos a metade do eleitorado brasileiro, nós também queremos condições iguais de competir. Nesse sentido, a atuação do TSE tem sido impecável, inclusive criando uma jurisprudência para impedir que os partidos usem as mulheres apenas para preencher as cotas exigidas pela lei eleitoral.

Aqui, Ministra Luciana, foi muito marcante o dia em que V.Exa. disse que estariam vigilantes e não iriam tolerar que as mulheres fossem usadas como massa de manobra, porque tem sido essa a nossa realidade.

Eu tenho até vergonha de dizer que, em época de campanha, nós ficamos catando, procurando mulheres que aceitem compor a lista e atender as exigências da lei. Simplesmente essa expressão "massa de manobra" se encaixa muito bem.

Agora, é interessante o fato de que, se se perguntar ao político quem foi o cabo eleitoral que mais trabalhou e lhe rendeu votos, ele vai responder: "Foi a mulher". Por que não trazer isso para ela? Por que não fa-

vorecê-la com isso? Por que não lhe dar oportunidade? Sei que a mulher não tem esse perfil, mas precisamos, com essas campanhas todas, com esse trabalho incessante, melhorar isso.

Lembro que, quando disputei a vaga para o Senado, e não consegui ganhar a eleição, eu pedi ao então Presidente da Casa, o companheiro Michel Temer, que me desse a oportunidade de criar o PMDB Mulher no Brasil. Fiz isso com a cara e a coragem, sem emprego, sem recurso nenhum, sem nada. Fui entrando nas casas das companheiras nos Estados, apresentando a ideia, e criamos o PMDB Mulher Nacional.

São nessas coisas que temos que acreditar no dia a dia. Superar dificuldades é fácil? Não, não é fácil. Nós não somos sozinhas; nós temos filhos, família, temos uma dupla jornada de trabalho: a toda hora nós temos alguma coisa a fazer, algo a cumprir. Ao abrir os olhos, já temos que dar ordens, ir ao supermercado, fazer isso, fazer aquilo. É difícil. Sei perfeitamente que é difícil. Mas nós temos que fazer isso, talvez nem mais por nós, que já temos a garantia do mandato, mas pelos nossos filhos e por outras mulheres que precisam de nosso apoio e de representatividade.

Parabéns a todos os nossos magistrados, parabéns à Corte Eleitoral por esse importante passo dado em nossa direção! A expectativa é muito grande. Estamos esperançosas de que os resultados, certamente, serão positivos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB-AL) - Concedo a palavra à Coordenadora da Bancada Feminina na Câmara dos Deputados, a Deputada Dâmina Pereira.

A SR^a DÂMINA PEREIRA (Bloco/PSL-MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente do Senado Federal, Exmo. Sr. Renan Calheiros; Sra. Procuradora Especial da Mulher, Senadora Vanessa Grazziotin; Sra. Procuradora da Mulher, minha colega de Secretaria, Deputada Federal Elcione Barbalho; Sr. Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro José Antonio Dias Toffoli; Sra. Ministra do Tribunal Superior Eleitoral Luciana Christina Guimarães Lóssio, Sr. Ministro do Tribunal Superior Eleitoral Henrique Neves da Silva, Primeira-Dama do Governo de Brasília e Diretora Executiva da Fundação João Mangabeira, Sra. Márcia Rollemberg; colegas Deputadas e colegas Deputados, Senadoras e Senadores, convidados; as bancadas femininas e do Senado Federal conquistaram avanços na legislação eleitoral brasileira.

Embora tímida, a conquista trouxe um mecanismo a mais na luta por uma sociedade em que homens e mulheres tenham as mesmas condições de concorrerem a um cargo eletivo.

Tal conquista é justamente o que nos traz aqui hoje, ou seja, a possibilidade de o TSE realizar campanhas que incentivem a igualdade de gênero e a participação feminina na política.

Sabemos que embora a nossa lei maior determine que homens e mulheres sejam iguais perante o ordenamento jurídico nacional, isso ainda não se aplica às relações sociais, culturais e econômicas, País adentro. E, se não há igualdade nesses quesitos, também não haverá na política, porque a relação entre sociedade e cultura, economia e política são intrínsecas, inseparáveis.

Embora o Congresso Nacional tenha avançado para tornar as eleições cada vez mais democráticas, ainda dependemos de fatores como poder econômico para chegar a um cargo eletivo. As eleições ano a ano se tornam cada vez mais caras e onerosas tanto ao candidato como ao partido e, consequentemente, à sociedade e ao poder público.

É muito difícil, senhoras e senhores, eleger uma mulher no Brasil. Em primeiro lugar, pelo papel que a sociedade patriarcal lhe atribuiu ao longo dos anos: o papel de cuidadora do lar, cuidadora dos filhos, cuidadora do homem, a quem, por outro lado, a sociedade atribuiu o papel de provedor financeiro, de força e de segurança. O homem é dos negócios, da vida pública, das ruas. A mulher é a dona da casa, amante e responsável pela prole.

Graças à luta de mulheres — conhecidas e não conhecidas —, esse cenário tem mudado dia após dia. Hoje, já somos a maioria da população, altamente incluídas nas universidades, e estamos nos incluindo também no mercado de trabalho, nas lideranças comunitárias e nos espaços de poder. Porém, quando se trata de eleição, não pesa apenas a sua capacidade intelectual ou o desejo de cuidar dos outros, pesa também o poder econômico.

As cotas para mulheres dentro das chapas dos partidos mostraram-se ineficientes. Isso porque os partidos incluíam as mulheres como laranjas, para meramente ocuparem a cota, quando, na verdade, o mecanismo deveria ser de inclusão.

Qual a receita para tornar uma candidata laranja, senhoras e senhores? Em primeiro lugar, não lhes dar tempo de televisão e de rádio, ou, se o der, menos do que ao candidato mais popular. Em segundo lugar, não distribuir igualmente os recursos do fundo partidário, fazendo com que a candidata arque com a eleição a sua própria custa. Em terceiro lugar, ocupar as cotas de gênero com mulheres pouco representativas, para torná-las cabos eleitorais em busca de bônus nos votos de legenda.

Para mudar isso, a legislação de cotas precisa ser revista — coisa que estamos fazendo a duras penas, confesso. A ilusão de que a mulher já seja igual ao homem em direitos não se sustenta quando olhamos para os lares, empresas e para as ruas.

Por isso, a campanha do TSE vem em boa hora. A propaganda tem o poder de mudar comportamentos. Ela nos convida à ação, nos confronta, nos atrai. A propaganda pode mudar paradigmas, como o fez ao longo da história mundial.

E é justamente de uma mudança de paradigmas que precisamos quando o assunto é igualdade de gênero, pois de nada adianta avançarmos na legislação, se a sociedade não se reconhecer representada pela mulher. Essa mudança cultural ganha um grande reforço hoje.

Por isso, parabéns, Ministro Toffoli, pelo apoio a esta causa! Demonstra uma consciência política e social elevada que merece todo nosso reconhecimento e louvor.

Não queremos mais nada que não seja a igualdade de oportunidades, pois, quando nos dão oportunidade, fazemos a diferença.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB-AL) - Eu passo a presidência dos trabalhos à Senadora Vanessa Grazziotin, enquanto conduzo, em nome dos Senadores, o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, o Ministro Dias Toffoli, e a Ministra Luciana Lóssio. Ambos terão sessão no Tribunal logo mais. (Pausa.)

O Senador Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra Vanessa Grazziotin

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB-AM) - Dando continuidade aos trabalhos, convido para compor a Mesa a Senadora Regina Sousa, a Senadora Ana Amélia, a Deputada Carmen Zanotto, a Deputada Dulce Miranda, a Deputada Raquel Muniz e a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB-AM) - Concedo a palavra, como próxima oradora, à Senadora Ana Amélia, que não veio à Mesa porque é a próxima oradora inscrita.

Com a palavra S.Exa. a Senadora Ana Amélia.

Antes, concedo a palavra pela ordem ao Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, pela ordem, quero apenas registrar que eu faria hoje uma fala em nome do PMDB Nacional, em nome da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria, e o tempo foi cedido à Senadora Marta Suplicy para falar como mulher, Senadora desta Casa, e eu queria deixar registrada a minha fala, para que constasse nos Anais da Casa.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB-AM) - Perfeitamente. A Mesa recepciona o pronunciamento de V.Exa. e fará constar nos Anais o seu pronunciamento, que é muito importante.

Inclusive, eu vou aqui adiantar, Senador Eunício, Senadora Ana Amélia, porque eu estava sentada ao lado do Presidente Renan Calheiros, que S.Exa. já solicitou que possamos fazer uma impressão, uma publicação da sessão do dia de hoje, com todos os pronunciamentos.

Então, o pronunciamento de V.Exa., Senador Eunício, fará parte da publicação do Congresso Nacional. Não só do Senado, mas do Congresso Nacional.

SEGUE, NA ÍNTegra, O PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE. Sem apanhamento taquigráfico.) - Senhor Presidente, Senhoras Senadoras e Senhores Senadores, mais uma vez, como aconteceu em 2014, o Tribunal Superior Eleitoral colocará em prática diversas ações com o objetivo de estimular a participação das mulheres na política. Na ocasião, houve inclusive um incremento no número de candidaturas femininas em relação aos pleitos anteriores, o que foi considerado um bom indício de mudança da democracia brasileira.

Entre as iniciativas previstas para 2016, está a campanha publicitária institucional que o órgão preparou para ser veiculada em rede nacional de rádio e televisão e nas redes sociais, a partir do próximo mês de abril.

Esperando alcançar bons resultados já nas próximas eleições municipais, que acontecerão em outubro deste ano, a campanha do TSE quer estimular mais mulheres a lançarem mais candidaturas às prefeituras e câmaras de vereadores.

O Tribunal deve agir também no sentido de fiscalizar com maior rigidez os partidos. O objetivo é garantir que as candidatas obtenham de suas agremiações apoio logístico e financeiro, e que possam disputar o voto dos eleitores em pé de igualdade com seus concorrentes do sexo masculino.

Encorajar as candidaturas femininas e torná-las viáveis são passos fundamentais para que a presença das mulheres no cenário político brasileiro aumente, de modo que possamos promover o aprimoramento da democracia em nosso País.

A política precisa ser lugar de mulher!

Conscientizar a população em geral de que a voz das mulheres precisa ser ouvida, de que a participação delas no Governo do País precisa ser valorizada por meio dos votos de eleitores e eleitoras, como pretende a campanha do Tribunal, é muito importante.

A ideia de que os homens são os únicos capazes de ocupar cargos eletivos com a suficiente firmeza é um mito ultrapassado que já deveria ter sido derrubado há muito no Brasil. A capacidade de liderar na política é uma habilidade humana independente de gênero.

Paralelamente ao trabalho de conscientização das pessoas para a importância de que as mulheres ocupem postos políticos deve vir a luta pelo fim da discriminação partidária, pelo fim da violência política.

Muitas vezes, vem de dentro dos próprios partidos a resistência à participação feminina nas eleições. A elas dedica-se menos tempo de propaganda televisiva, por exemplo, menos recursos, menos suporte e orientação para que possam trabalhar por suas candidaturas junto ao eleitorado de forma mais eficiente.

Superar cada uma dessas muitas barreiras até que as mulheres conquistem a essencial paridade na ocupação de postos públicos é uma tarefa do TSE e de todos nós, brasileiros, dentro e fora do Congresso Nacional.

A minirreforma política do ano passado, por exemplo, determinou que 5% do fundo partidário seja administrado pelas secretarias de mulheres dos partidos políticos. Determinou também a criação de programas que divulguem e estimulem a participação política das mulheres. A legislação vem mudando gradualmente a favor das mulheres, e começa a ter reflexos na prática.

Mas, infelizmente, grandes distorções continuam existindo. As mulheres são pouco mais de 10% dos membros do Senado e da Câmara e, nos municípios, são apenas 13,3% dos membros das Câmaras Legislativas.

No Executivo, as mulheres chefiam 10,95% das prefeituras. Suely Campos, do PP de Roraima, é a única Governadora, eleita em 2014, e Dilma Rousseff reforça o reduzido time feminino na política, ocupando a Presidência da República.

É paradoxal, pois as mulheres são mais da metade da população e ocupam mais da metade dos postos de trabalho, são maioria em muitas universidades, são chefes de aproximadamente 30% das famílias brasileiras, mas permanecem subrepresentadas em todas as esferas do poder público, seja no âmbito municipal, estadual ou federal.

O problema transcende até nossas fronteiras nacionais. Segundo dados da Organização das Nações Unidas, nas Américas, somos o quarto pior país em termos de representatividade feminina no Parlamento!

Temos o dever democrático e moral de transformar essas estatísticas!

A mudança estrutural da sociedade brasileira que se materializará com a real paridade de gênero na política é extraordinária e terá reflexos em diversos âmbitos.

Será decisiva para o fim da violência doméstica contra as mulheres, será crucial para a implantação de mais medidas pela proteção da infância, será fundamental na luta pelo fim do machismo, que oprime de modo vil e anacrônico a tantas brasileiras.

Há muitas delas, inclusive, que já estão agindo pela transformação da política no Brasil!

Quero parabenizar, em primeiro lugar, as bancadas femininas da Câmara e do Senado por seus esforços para que haja uma democracia realmente paritária em nosso País. Que tenham força e ânimo para continuar o combate e para perseguir esse ideal.

Gostaria de mencionar também a Procuradoria Especial da Mulher do Senado e seu competente trabalho na confecção da cartilha "Mais mulher na política: Mulher, tome partido". A publicação veicula com clareza e objetividade dados importantes sobre a participação das mulheres na política brasileira e já virou uma referência e fonte de informação para todos nós.

Quero saudar, por fim, o Tribunal Superior Eleitoral pelo lançamento de mais essa campanha de estímulo às brasileiras para que ocupem os espaços políticos, desejando excelentes resultados para as peças publicitárias que em breve começarão a ser veiculadas. Desejo também que o órgão siga agindo com diligência por essa causa, que é de todos nós que prezamos a democracia.

O trabalho em várias frentes, feito pelo TSE, pelos membros do Congresso Nacional, pelos diferentes partidos e acolhido por todo o eleitorado, promoverá as transformações de que o País precisa.

Muito obrigado pela atenção de todos e sejam bem-vindas à política, mulheres brasileiras!

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB-AM) - Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Democracia Progressista/PP-RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Cara Presidente desta sessão e Procuradora Especial da Mulher no Senado Federal, Senadora Vanessa Grazziotin; cara Deputada Federal Elcione Barbalho, Procuradora da Mulher na Câmara dos Deputados; Coordenadora dos Direitos da Mulher da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, Deputada Dâmina Pereira; autoridades que compareceram aqui; saúdo também a Sra. Márcia Rollemburg pela gentil presença aqui, tão combativa nesse nosso tema de hoje.

Eu queria agradecer em primeiro lugar ao Presidente Renan Calheiros e ao Ministro Antonio Dias Toffoli, líderes de dois Poderes que vêm se empenhando institucional e pessoalmente nesse esforço do empoderamento das mulheres na política, e também pelo mesmo esforço que é feito pelas iniciativas e ações desenvolvidas no âmbito das Procuradorias da Mulher, seja no Senado ou na Câmara, todas elas com o mesmo objetivo: ampliar a participação feminina no processo político.

Aqui já foi dito, e vai continuar sendo dito, Senadora Vanessa Grazziotin, minhas caras Deputadas, Senadoras, Senadores, convidados especiais, diplomatas, representação das Forças Armadas, dirigentes sindicais que estão aqui presentes; é forçoso repetir aqui que é inacreditável, inaceitável, a baixíssima composição e participação das mulheres nos Parlamentos brasileiros. Nós, comparativamente, América Latina, só para citar a nossa vizinhança, estamos muito, mas muito abaixo de um patamar ideal de participação das mulheres nos Parlamentos, seja nas Câmaras Municipais, nas Assembleias Legislativas dos Estados, na Assembleia Distrital aqui em Brasília, seja na Câmara Federal, seja no Senado.

Agora, com esse esforço, ao mesmo tempo em que nós buscamos esse empoderamento da mulher na política, nós vemos, por outro lado, outro processo acontecendo, de um empoderamento da mulher em outros setores extremamente importantes da vida nacional.

Aqui estava até há pouco uma Ministra do Tribunal Superior Eleitoral. A futura Presidente do Supremo Tribunal Federal é uma mulher, a Ministra Cármem Lúcia. E já tivemos a Ministra Ellen Gracie, que presidiu o Supremo Tribunal Federal, a primeira mulher a compor a Suprema Corte de Justiça. Hoje, temos duas mulheres compondo essa Corte, e nas cortes também, seja no STJ, seja no TST, seja em outras cortes, como o próprio TSE, a participação ativa, e eu diria até deslumbrante de mulheres de grande talento, de grande vigor intelectual e de grande protagonismo em todos os processos institucionais.

Então, se nós aqui lamentamos, elas estão entrando nas Forças Armadas, estão entrando em atividades que são as chamadas carreiras de Estado. Até nas Polícias Militares, Polícia Civil, Polícia Federal, órgãos de Estado, a mulher entra por concurso público para demonstrar a sua capacidade.

No caso da política, é diferente, nós estamos vivendo numa área de absoluta instabilidade. Na área política, há uma instabilidade incrível, e as mulheres, por sua própria natureza, gostam de planejamento, de disciplina, de organização, de responsabilidade, e isso não existe muito na política.

Então, diante da natureza desta atividade tão desafiadora, que é a política, aquela atividade que decide a vida das pessoas pelas suas leis, pelo seu protagonismo, as mulheres olham para esse cenário e não se sentem estimuladas e encorajadas a aceitar essa exposição.

As mulheres, por sua natureza, também são mais, eu diria, recatadas, no sentido da timidez e de não estarem muito expostas, porque a política expõe a nossa vida de todos os jeitos. E essa adversidade, esse confronto entre, às vezes, adversários políticos nos provocando naquilo que nós temos de mais precioso, que é a nossa intimidade, a nossa privacidade, ou até a nossa integridade moral, pessoal, familiar, isso assusta um pouco muitas mulheres que gostariam de estar na política.

Portanto, minha cara Senadora Vanessa Grazziotin, nós vamos continuar batalhando. Mas, enquanto as mulheres brasileiras, elas próprias, não se sentirem na necessidade de ser protagonistas de uma nova vida escrita por elas, para elas e para a sociedade inteira, nós não vamos ter sucesso, como aqui foi dito sobre as cotas. São muito artificiais as cotas de 30% da lista de nominatas, se o partido não der as condições para a mulher ali fazer a sua campanha política ou ter um espaço próprio para chegar aonde ela quer.

Então, nós vamos continuar, porque *“água mole em pedra dura tanto bate até que fura”*. E eu acredito mesmo que, apesar deste cenário, o momento crucial vai ser quando as mulheres, por elas próprias, tomarem a decisão, como eu fiz largando uma carreira que era tranquila, em que não havia problemas, não tinha que dar satisfação para ninguém, a não ser para os meus leitores, os telespectadores e os ouvintes da rádio; além disso, eu não precisava dar satisfação.

Hoje, eu tenho 3 milhões, 442 mil patrões. São os meus eleitores. Mas não só eles, toda a sociedade gaúcha e brasileira são os meus patrões. Eles mandam na minha vida. A minha agenda é determinada por eles,

não sou eu mais que faço minha agenda. E é exatamente isso que perturba um pouco quando vamos tomar uma decisão dessas.

Não me arrependo, começaria tudo de novo — tudo de novo! —, porque estou encantada com o desafio de ser uma Parlamentar, uma representante do meu Estado do Rio Grande do Sul, de mulheres tão valorosas, que eu estou aqui para representar.

Eu estou aqui para representar o Rio Grande e dizer que eu acredito, sim, que as mulheres, mais cedo ou mais tarde, no nosso País, vão entender que elas têm que desempenhar uma missão desafiadora, participando mais da política brasileira.

E, neste ano, teremos eleições municipais. Então, eu convido as mulheres que se encorajem para ser candidatas a Prefeitas, a Vice-Prefeitas ou Vereadoras, porque aí começa a vida do nosso País. É na cidade que tudo começa, aí começam a se desenvolver as grandes lideranças.

Parabéns, minha cara Vanessa, Deputadas, todas empenhadas neste mesmo propósito: mais mulheres na política!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB-AM) - Parabéns, Senadora Ana Amélia, pelo pronunciamento. Parabéns e muito obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB-AM) - Agradeço a presença de Eunice Borges, que aqui representa a ONU Mulheres; (*palmas*) e de Laysi Moriére, que representa o Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. Obrigada pela presença. (*Palmas.*)

Passo a direção dos trabalhos para a Deputada Elcione Barbalho, Procuradora da Mulher na Câmara dos Deputados.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB-AM) - Convido para fazer uso da palavra a Deputada Carmen Zanotto.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS-SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Senadora Vanessa Grazziotin, nossa Procuradora da Mulher aqui no Senado Federal.

Quero saudar a Deputada e Procuradora da Mulher na Câmara Federal, Deputada Elcione Barbalho. Quero também saudar a nossa Coordenadora da Secretaria da Mulher na Câmara dos Deputados, Deputada Dâmina Pereira; a querida Dulce Miranda, nossa Deputada Federal; a nossa Deputada Raquel Muniz; a nossa Senadora Regina Sousa; e a nossa Primeira-Dama, a Sra. Márcia Rollemburg. Em seu nome quero saudar todas as demais mulheres aqui presentes.

Quero pedir que seja dado como lido e divulgado nos veículos de comunicação o meu pronunciamento a respeito desta manhã histórica que estamos vivendo, quando do lançamento dessa campanha pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Lembro que essa campanha é fruto de um trabalho árduo da nossa Casa, do conjunto de mulheres da Câmara e do Senado, do conjunto de homens da Câmara e do Senado quando aprovamos a minirreforma, em 2013. E por que precisamos de campanhas? Eu sou dirigente partidária do meu partido, o PPS, no Estado de Santa Catarina, e sei o quanto é difícil buscarmos mulheres e motivá-las para a disputa no processo eleitoral.

Nós somos absolutamente qualificadas para ajudar o conjunto de homens no momento da disputa. Nós organizamos os comícios, nós organizamos as mulheres que vão às ruas fazer a distribuição de santinhos, mas não nos colocamos à disposição, ou não temos a vontade e o desejo de participar efetivamente do processo eleitoral. Por isso, somos um pouco mais de 10% no Parlamento brasileiro.

Precisamos efetivamente motivar as mulheres, e acredito inclusive que a última reforma, Deputada Elcione Barbalho, poderá, sim, reduzir ainda as desigualdades quando nós não mais teremos financiamento privado de campanhas, porque esse financiamento dificultava ainda mais a vida de cada mulher que ia ao processo eleitoral em função das suas dificuldades de captar os recursos financeiros para as campanhas. E acredito, sim, que, com a nossa vigilância permanente, os fundos partidários terão que ter uma distribuição equânime entre homens e mulheres na disputa eleitoral.

Não dá mais para aceitarmos que escolham quem são os prioritários da nossa lista. E eu desafio aqui... V.Exas, podem olhar todos os partidos políticos e observar a discriminação que ocorre na hora da distribuição dos recursos. Não dá nem para comparar. Talvez haja uma ou outra mulher que seja Parlamentar hoje que tenha tido um olhar um pouco diferente, mas, de maneira geral, os recursos são distribuídos de forma desigual. Não serão mais assim, porque estamos extremamente atentas aos avanços de que precisamos, porque necessitamos de mulheres que façam a diferença.

Esta última semana foi de vitórias na Câmara dos Deputados. Inúmeros projetos de lei passaram por nossa Casa. Todos eles com esse olhar para a mulher. E por que ainda precisamos ter legislações diferenciadas? Porque as desigualdades são gritantes. E a violência contra a mulher só será reduzida quando efetivamente cada

um de nós, cada mulher e cada homem deste País, não permitir nenhum tipo de comportamento machista, sexista, quer seja na nossa casa, quer seja numa reunião entre amigos, quer seja dos nossos líderes políticos, quer seja dos nossos governantes.

Não podemos permitir que a reprodução de piadas, de entendimentos ou de frases que denigrem a imagem da mulher possa ainda existir no nosso País. Isso só mudará quando nós formos tratadas da mesma forma. É muito difícil ver piadas feitas por mulheres para denegrir a imagem dos homens. O que estamos pedindo é exatamente o mesmo direito e a mesma coisa: que nenhuma piada machista e sexista seja feita, em especial com relação às mulheres na política, porque é muito árduo chegarmos aqui. É muito difícil ocuparmos a tribuna, porque somos minoria. Somos tão minoria, senhores, que esta pauta parece que é só nossa. Basta vermos a Mesa agora, que está absolutamente composta por mulheres. O nosso Plenário está absolutamente composto por mulheres. Por quê? Porque este assunto não interessa aos homens.

A pauta da mulher é tão importante para a sociedade brasileira que a economia depende, sim, da inserção da mulher no mercado de trabalho, da mulher bem remunerada, da mulher que tem condições de colocar seu filho adequadamente na creche, para que ela possa desenvolver suas atividades com qualidade.

A força de trabalho da mulher é fundamental. E nós só vamos fazer com que as discrepâncias, os 10% da representação feminina no Parlamento se reduzam, quando efetivamente seguirmos o que está nesta campanha: a mulher deve ocupar todos os espaços de poder.

Precisamos, sim, fortalecer a ocupação dos espaços de poder, nas associações de moradores, na igreja de que participamos, na escola em que estão nossos filhos; na nossa cidade, na Câmara de Vereadores, e seguir adiante.

Se nós não começarmos lá, nenhuma campanha vai colocar, senhoras e senhores, as mulheres na disputa eleitoral. Se não assumirem espaços de gerências nas Prefeituras Municipais, cargos em comissão, elas não serão conhecidas, e, não sendo conhecidas, a dificuldade da disputa será muito maior.

Encerrando, eu quero renovar a minha esperança e a esperança do meu partido, o PPS, de que, nas eleições de outubro, efetivamente tenhamos outro desenho nas Câmaras de Vereadores, Tereza Vitali, que é do nosso partido; nas Prefeituras Municipais, com Prefeitas e com Vice-Prefeitas, para, em 2018, deixarmos de ser 10% na Câmara e 10% no Senado e nas Assembleias Legislativas.

Que possamos, a partir de movimentos como este de março, Senadora Vanessa Grazziotin, Deputada Elcione Barbalho — repito mais uma vez —, no lançamento da campanha de inserção da mulher na política pelo Superior Tribunal Eleitoral, chegar a cada lar brasileiro e dizer: *"Você, Maria; você, Joana; você, Francisca, pode fazer a diferença a partir da sua cidade"*.

Muito obrigada. (Palmas.)

SEGUE, NA ÍNTegra, O PRONUNCIAMENTO DA SR^a DEPUTADA CARMEN ZANOTTO

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS-SC. Sem apanhamento taquigráfico.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é muito bem-vinda a decisão do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Dias Toffoli, de levar ao ar, em rede nacional de rádio e televisão, a campanha de promoção da igualdade de gênero e participação da mulher na política viabilizada graças à minirreforma eleitoral aprovada por nós em 2013.

Tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal, nós, Parlamentares mulheres, representamos pouco mais de 10% das vagas de representação federal em um País em que 52,13% da população é composta pelo gênero feminino. Portanto, é um paradoxo, uma vez que somos a maior parte do eleitorado e com reconhecida atuação nas legendas partidárias.

Dados da ONU apontam que, no continente americano, o Brasil só tem mais mulheres no Parlamento do que os países do Haiti, Belize e São Cristóvão.

Estamos em meados do século 21, um período em que se pode verificar um aumento expressivo do número de mulheres no mercado de trabalho e também no tecido social, uma vez que são muitas as famílias atualmente chefiadas por elas.

Além disso, as mulheres ocupam atualmente metade da força de trabalho na média nacional.

Por outro lado, na política não se verifica o mesmo avanço.

A decisão do TSE em transformar a norma jurídica em ação efetiva é um mérito que merece nosso louvor.

Em reunião que nós, Deputadas e Senadoras, realizamos com o Ministro Dias Toffoli ainda este ano, foi demonstrada uma sensibilidade quanto ao tema, que hoje resulta nessa campanha que chegará a todos os lares brasileiros.

Portanto, parabéns ao Tribunal e aos Srs. Ministros e Ministras que compõem o seu Pleno.

Além disso, as ações do TSE não se resumem ao cumprimento do marco legal. O Tribunal, em decisão recente, considerou fraude lançar candidaturas femininas apenas formalmente, com o objetivo de preencher o quantitativo determinado pela Lei Eleitoral, e não lhes dar suporte, negando-lhes direito de acesso ao horário eleitoral gratuito e ao Fundo Partidário, outra conquista que merece nosso reconhecimento.

Por fim, é importante mencionar a Proposta de Emenda à Constituição nº 98, de 2015, renumerada na Câmara para Proposta de Emenda à Constituição nº 134, de 2015. A proposta reserva vagas para cada gênero nas Assembleias Legislativas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, nas Câmaras Municipais e na Câmara Federal com prazo de três legislaturas. É uma medida necessária para corrigir uma distorção e desigualdade que ainda impera em nosso País.

A matéria está pronta para pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara, com parecer favorável pela nobre Deputada Soraya Santos. Esperamos, em breve, comemorar mais esta vitória para toda a Nação brasileira.

Que a campanha lançada hoje atinja seu objetivo e contribua com a conscientização acerca da importância da participação das mulheres nas decisões políticas do País.

Solicito que o presente pronunciamento seja registrado nos Anais desta Casa e divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigada.

Durante o discurso da Srª Carmen Zanotto, a Srª Vanessa Grazziotin deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Elcione Barbalho.

A SRª PRESIDENTE (Elcione Barbalho. Bloco/PMDB-PA) - Obrigada, Deputada Carmen Zanotto. Concedo a palavra à Senadora Regina Sousa, para fazer seu pronunciamento.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT-PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidenta Elcione Barbalho, quero cumprimentar a Sra. Márcia Rollemburg, presença constante em todas as nossas ações, em relação às questões de gênero, e todas as companheiras componentes da Mesa, na pessoa da nossa guerreira Procuradora, a Senadora Vanessa Grazziotin; minha companheira Flora Izabel, Deputada Estadual do meu partido, no meu Estado, que veio prestigiar o nosso evento; Tatau Godinho, que representa a Ministra das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos; Eunice, da ONU Mulheres, também parceira importante nas nossas lutas.

Queria louvar esta campanha, que é muito importante para nós. A nossa próxima demanda ao Tribunal, Senadora Vanessa, Deputada Elcione, vai ter que ser para transformar esta campanha em campanha permanente, porque precisamos de uma campanha permanente de incentivo à participação da mulher. Eu acho que o Tribunal pode nos dar essa contribuição.

Trinta por cento das candidaturas foram uma conquista, mas talvez não tenham surtido o efeito que esperávamos. O nosso problema está nos nossos partidos. Temos que enfrentar o problema ali dentro.

A campanha acabou ficando a favor dos homens, porque eles lutam para ter a quota de mulheres, senão eles também não terão candidaturas. Então, acabou sendo uma campanha para os homens e não para nós.

Sempre ouvimos uma frase que agride nosso ouvido, e não queremos mais ouvi-la — por isso pedimos ao Tribunal para agir nesse sentido: *"Bote o seu nome só para constar"*. Essa frase é agressiva. Não podemos permitir que ela se repita. *"Bote o seu nome para constar."* Puxa vida! Não queremos colocar nome para constar. Queremos ser agente ativa no processo, queremos ser protagonistas no processo. Mas ouvimos muito isso dos nossos companheiros.

O meu partido sempre foi pioneiro na criação de Secretaria de Mulher, sempre debateu essa questão. Mesmo escutamos isto: *"Bote o nome para constar"*. Isso é agressivo demais! Não podemos permitir isso.

Ouvimos também uma frase para nos consolar: *"Só há uma Deputada, mas ela vale por dez."* Não queremos valer por dez. Queremos que cada uma valha para por cada uma. (Palmas.) Não podemos aceitar frases desse tipo, que, às vezes, pensamos ser um elogio. *"Há uma Senadora, mas ela vale por dez."* Não queremos valer por dez, não.

Então, acho que a nossa luta pela quota tem que permanecer. Precisamos voltar a fazer aquelas viagens pelo Brasil, pedindo mais mulheres na política. A quota é um passo. A quota vai garantir que tenhamos direito a esses lugares aqui. A quota ainda é pequena, é tímida, mas ela é o passo mais importante que podemos dar. E já aprovamos nesta Casa em primeiro e segundo turno, está lá na Câmara.

Precisamos retomar essa luta da quota. E ainda há quem diga que quota é instrumento de cultura atrasada. Não. Quota é instrumento de promoção de igualdade, onde há desigualdade. Então, enquanto houver desigualdade, temos que lutar pela quota. (Palmas.)

Precisamos lutar em todos os flancos, porque a violência está aí também. Eu fui Relatora da política pública de combate à violência contra a mulher. Depois quero até que peguem o meu relatório que foi publicado pelo Senado, que mostra como ainda estamos atrasados nessa questão. A Lei Maria da Penha foi boa, mas não foi suficiente. Então, nós temos um monte de passos a dar. Mulheres sempre na luta!

Vi uma propaganda muito bonita de uma mulher pilotando um avião. Quero dar o seguinte testemunho: *"Viajei num avião de 300 passageiros pilotado por uma mulher. Foi o pouso mais suave da minha vida. A mulher fez uma aterrissagem com tanta suavidade que nem sentimos quando o avião pousou no pátio."* (Palmas.)

Isso mostra que a mulher é competente para qualquer espaço. Só precisamos que nos deixem ocupar os espaços que são nossos. Não estamos disputando nada com os homens. Queremos o nosso espaço.

Então, vou concluir minha fala com uma frase que não é minha, mas que, de tanto eu dizer, vai acabar sendo minha, porque não sei quem é o autor. A frase diz assim, para mostrar que não estamos disputando nada com os homens: *"Aos homens, todos os seus direitos, nada mais; às mulheres, todos os seus direitos, nada menos."* É só isso o que queremos. (Palmas.)

Obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Elcione Barbalho. Bloco/PMDB-PA) - Obrigada, Senadora Regina Sousa.

A SR^a PRESIDENTE (Elcione Barbalho. Bloco/PMDB-PA) - Quero agradecer algumas presenças aqui: da Eunice Borges, da ONU Mulheres, companheira tão presente em nossas atividades; da Deputada Moema Gra-macho, que estava presente até há pouco e se ausentou neste momento; e também do Governador do Estado do Piauí, Wellington Dias. (Palmas.)

A SR^a PRESIDENTE (Elcione Barbalho. Bloco/PMDB-PA) - Concedo a palavra à Deputada Raquel Muniz.

A SR^a RAQUEL MUNIZ (Bloco/PSD-MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, querida Deputada Elcione Barbalho, quero saudá-la com muita alegria por nos representar aqui hoje, na Presidência dos trabalhos.

Saudo também a Senadora Vanessa Grazziotin, que nos representou anteriormente nesta sessão como Presidente, de quem aprendi a gostar e que passei a admirar. Ela se tornou para mim uma professora aqui no Senado.

Quero cumprimentar a Primeira-Dama Márcia Rollemburg, tão envolvida em trabalhos sociais, especialmente na questão das doenças raras. Já nos encontramos em alguns eventos na Câmara e no Senado também.

Quero cumprimentar, com muito carinho, a Deputada Carmen Zanotto, que junto comigo faz parte da Comissão de Seguridade Social e Família, na Câmara dos Deputados, e também compõe o conjunto de mulheres da nossa Secretaria da Mulher.

Quero cumprimentar a minha conterrânea e querida Deputada Jô Moraes, a quem eu gostaria de agradecer pela oportunidade de termos trabalhado juntas na Comissão da Reforma Política.

Não foi, Deputada Jô, a reforma que gostaríamos de ter entregado ao Brasil, mas as nossas discussões lá promoveram, com certeza, aquilo que já estamos recebendo aqui hoje, através do Ministro Dias Toffoli. A igualdade na política vai chegar, sim, com o esforço de todos nós.

Cumprimento todos os demais presentes, na pessoa da Eunice, que representa a ONU Mulher, e o conjunto de homens e mulheres que apoiam a questão da igualdade na política.

Eu quero aproveitar este momento para explicar ao Brasil por que a Deputada Raquel Muniz, desde o dia da sua posse, veste terno e gravata. Parece que existem coisas que são de Deus, e, para dar a minha explicação, vou lembrar o lançamento de um filme hollywoodiano, com a atriz Meryl Streep, lançado em Brasília, no final do ano passado, em evento promovido pela Procuradoria da Mulher do Senado e pela Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados.

No lançamento desse filme, o Ricardo, que representa Motion Picture, apresentou para nós o seguinte quadro: mesmo em Hollywood, com todo o desenvolvimento, o percentual de mulheres nas produções artísticas ainda é só de 30%. É um sinal de que o mundo precisa mudar. Ao encerrar o filme, aparece uma lista na qual figuram países em que, somente em 2015, as mulheres passaram a ter direito de votar.

Esse filme conta a história das mulheres que lutaram pelo direito de votar. Foi assim também no Brasil a nossa primeira conquista, que ocorreu há pouco mais de 80 anos. Eu convido vocês a assistirem ao filme, que é emocionante, e estimula muitas mulheres a participarem da política. Eu levei esse filme a Montes Claros, a minha cidade, para estimular mais mulheres, no próximo pleito, a serem candidatas a Prefeitas, Vice-Prefeitas e Vereadoras.

O filme conta história de mulheres que foram para a rua, de terno e gravata, porque, naquela época, só podiam votar os engravatados. Essa história me inspirou, sim, a vestir terno e gravata para vir à Câmara dos Deputados, não mais pelo direito de votar, mas para continuar a luta dessas mulheres, para que possamos ter mais

mulheres no Parlamento. E eu tenho certeza de que toda minha luta que começou aqui, desde a reforma política, participando ativamente de todos movimentos de mulheres da Câmara e do Senado, mudará o quadro, sim.

Eu sou uma mulher de fé e acredito que na minha cidade, na região onde eu trabalhei, que é o norte de Minas, e pelo Brasil afora, a nossa luta este ano já vai começar a aparecer: haverá mais mulheres na política. E mais do que isso: aumentará o empoderamento das mulheres, não só na política. Vejo aqui no plenário mulheres que trabalham também nas Forças Armadas, nas polícias. Precisamos ter mais mulheres ocupando espaços de poder. Elas já estão em grande número nesses espaços, mas ainda não ocupam todos os espaços de poder que lhes cabem.

Portanto, vamos nos unir cada vez mais no Brasil, porque nós mulheres somos a maioria, somos capazes de gerar, somos responsáveis pela administração dos grandes programas sociais que o Brasil tem. E juntas, com certeza, vamos empoderar mais e mais mulheres.

Por igualdade na política!

Muito obrigada. (Palmas.)

A SR^a PRESIDENTE (Elcione Barbalho. Bloco/PMDB-PA) - Concedo a palavra à Deputada Jô Moraes.

A SR^a JÔ MORAES (PCdoB-MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde a todas e todos que nos acompanham.

Queridíssima Procuradora do Senado, Vanessa Grazziotin, que tem uma obsessão, uma determinação de fazer da sua militância parlamentar uma arma poderosa de conquista de direitos legais desta Casa, um legado fundamental para todos nós; nossa querida Senadora Regina Sousa; nossa Procuradora da Mulher Elcione Barbalho; nossas queridas Deputadas Raquel Muniz e Carmen Zanotto; querida militante da luta social Márcia Rollemburg; eu queria aqui fazer dois registros antes de me pronunciar, agradecendo a presença simbólica da nossa militante de políticas públicas, militante da luta dos trabalhadores, militante das conquistas democráticas que é a Tatau Godinho. Tatau Godinho representa aqui a Secretaria da Mulher, mas também representa, sobretudo, uma longa história de resistência para que os trabalhadores e as trabalhadoras pudessem ter algum espaço no processo político brasileiro.

E registro também aqui com muito carinho a presença da Camila, da União Brasileira dos Estudantes Secundários. Essas meninas... E eu falo "meninas" porque toda luta mais recente, a Primavera das Mulheres, e a luta por uma educação de qualidade está sendo arrancada nas ruas, nas salas de aula, por essa juventude que constrói o movimento secundarista e o movimento universitário.

Querida Presidente, Elcione Barbalho, queria apenas fazer dois registros. O primeiro é a satisfação que nós temos neste momento de, mais uma vez, levar essa nossa bandeira de mais mulheres na política para os espaços de mídia oficial, uma conquista que precisou de muitas e muitas reuniões. E a Deputada Elcione lembrava a nossa primeira, com a Ministra Cármel Lúcia, que falava das impossibilidades legais, materializadas: a luta de uma emenda da Senadora Vanessa, com toda essa trajetória. Isso é muito importante para nós neste momento político.

Mas o segundo registro, Presidente Elcione, demais Deputados e Deputadas, é que hoje é um dia que nós não podemos esquecer: 31 de março, um momento histórico, em que a sociedade brasileira iniciava um duro período de ditadura, de autoritarismo, de perseguição, de assassinatos. Digo isso porque o problema da democracia para as mulheres é um componente fundamental. Nunca se viu mulheres conquistarem direitos em períodos autoritários, nunca se viu mulheres chegarem a algum espaço político em períodos autoritários. E nós temos que lembrar as inúmeras mulheres que perderam sua vida, resistiram, foram presas.

Faço o meu depoimento: passei 10 anos na clandestinidade neste País. Fui presa duas vezes. Vi minha mãe morrer à distância porque eu não podia ir visitá-la, porque ali estavam policiais que aguardavam que eu fosse ver minha mãe no leito de morte para me prender. É por isso que nós estamos num momento em que a democracia tem que ser algo da essência da vida. Por isso a sociedade brasileira está em todos os pontos deste País, sobretudo hoje, dia 31, clamando.

A democracia tem que permanecer neste País. Nós não estamos num processo de brincar "*eu gosto de alguém*" ou "*eu não gosto*" ou "*eu disputo tal poder e, se eu não gosto, eu tento mudar a Constituição*"!

Concluindo, Deputada Elcione Barbalho, quero fazer uma homenagem a todos e sobretudo a todas que deram a vida pela liberdade neste País, a todas as mulheres que continuam resistindo.

E faço uma homenagem especial a uma mulher que soube enfrentar a dureza da vida, a dureza dos cárceres e das torturas, e está enfrentando um difícil e doloroso momento, para manter a bandeira da Constituição. Os erros acontecem na política, os equívocos acontecem, mas o respeito à Constituição e a defesa da liberdade, isto não pode deixar de ser a nossa bandeira. Minha congratulação a essa mulher que está resistindo a uma ofensiva preconceituosa das mais inomináveis, mas que está de cabeça erguida, defendendo a Constituição e a democracia!

Parabéns à Presidenta Dilma Rousseff! (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Elcione Barbalho Bloco/PMDB-PA) - Obrigada, Deputada.

Passo a direção dos trabalhos à Deputada Carmen Zanotto.

A Sr^a Elcione Barbalho deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Carmen Zanotto

A SR^a PRESIDENTE (Carmen Zanotto. PPS-SC) - Dando continuidade aos trabalhos, passo a palavra à nossa Primeira-Dama, Sra. Márcia Rollemburg.

A SR^a MÁRCIA ROLLEMBERG - Boa tarde a todos e a todas!

Em nome da Procuradora Especial da Mulher no Senado Federal, a Sra. Senadora Vanessa Grazziotin, da Sra. Deputada Federal Elcione Barbalho e da Sra. Deputada Federal Dâmina Pereira, cumprimento todos. Cumprimento, em especial, a atual Presidência da Mesa.

Não fui ao desafio de falar, até porque, na condição de Primeira-Dama, temos lutado para ressignificar essa posição. Daí vem o sentido de colaboradora do Governo, além de ocupar a posição de profissional, como Diretora-Executiva da Fundação João Mangabeira, que trabalha com formação política e formulação de políticas públicas.

É muito emocionante vermos historicamente esse processo de luta. Também é muito emocionante e motivante vermos que os desafios continuam intensos e imensos no campo da participação das mulheres na política. Perdemos para países africanos onde a participação da mulher é, em média, de 22%. Há países como Ruanda, que têm 64% de mulheres no Parlamento. Temos que escutar um pouco a experiência dos países africanos.

Portanto, faço um convite: no dia 16 de maio, haverá um grande seminário promovido pelos países africanos, do qual poderemos participar.

Mas eu queria fazer uma fala colaboradora, uma fala agregadora, no sentido de enaltecer um pouco o que pode ser esse diferencial do novo fazer político com a participação da mulher. Eu acho que temos que trabalhar muito no sentido de substituir a competição, que nos imputam, pela união, que nos é característica; de substituir o sentido de rejeição pelo de solidariedade e principalmente pela crença e capacidade de trabalho, de participação e de diálogo que as mulheres têm. Assim, buscamos um fazer político mais agregador, de maior diálogo, de maior paz e bem viver.

E podemos agregar uma dimensão da ética do feminino, do sagrado do feminino, que é o sentido da vida, e do cuidar. Acredito que as mulheres têm também uma prática em sentido menos personalista e mais agregador, uma ação em rede, ombro a ombro, de buscar esse sentido comunitário coletivo, em que o interesse maior da sociedade supera inclusive os interesses partidários. É nisso que acredito.

E é por isso que eu digo que as mulheres têm que trabalhar para decidir os nossos destinos. Trabalhando assim, trabalharemos também para decidir o futuro do nosso País. Acredito nisso com muita força.

Quero parabenizar a Procuradoria Especial da Mulher, cujo trabalho venho acompanhando em diversas oportunidades: no combate ao câncer, na questão das doenças raras, na questão da violência contra a mulher.

Quero dizer que tanto o Governo de Brasília como também a Fundação João Mangabeira são espaços em que buscamos exercer esse trabalho, inclusive o de trazer o conjunto do sentido da mulher e da diversidade.

Por isso, quero enaltecer o sentido das mulheres em todas as suas faixas geracionais, desde criança à fase idosa. Quero enaltecer as mulheres negras, ciganas, indígenas, ribeirinhas, com deficiência, representantes do segmento LGBT. Quero dizer que este é o nosso grande ativo, porque a mulher acaba por agregar todos os recortes de desigualdade. De uma maneira histórica, temos aí o desafio de superar e mudar as estatísticas que aqui encontramos.

Parabéns! Que continuemos firmes por mais participação da mulher na política. Parabéns a todas as Parlamentares e a todas as lideranças que aqui estão!

A SR^a PRESIDENTE (Carmen Zanotto. PPS-SC) - Muito obrigada à nossa Primeira-Dama, Sra. Márcia Rollemburg, que também é servidora pública da saúde. Orgulha-me muito sermos colegas da mesma área!

A SR^a PRESIDENTE (Carmen Zanotto. PPS-SC) - De imediato, passo a palavra à Camila Lanes, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas — UBES. (*Palmas.*)

A SR^a CAMILA LANES - Bom dia a todos e a todas!

Eu gostaria de cumprimentar todas as mulheres Parlamentares e todas as demais lideranças aqui presentes, em nome de todas as meninas que saíram do Encontro de Mulheres da União Nacional dos Estudantes, realizada na cidade do Rio de Janeiro, no último final de semana.

Eu gostaria de também cumprimentar todas as demais presentes, na pessoa da Deputada Vanessa Grazziotin.

Chamo-me Camila. Presido atualmente a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. Sou a quarta mulher a presidir essa entidade, que este ano completa seus longos 70 anos.

Eu gostaria de saudar esta belíssima campanha que tem um intuito muito importante: a participação na política de nós mulheres, que somos metade da população e mães da outra metade. É muito importante que consolidemos a nossa participação dentro dos espaços de decisão, dos espaços de discussão sobre o futuro do nosso País.

Eu gostaria de focar a possibilidade de incentivar uma campanha contra o machismo institucionalizado dentro desta Casa, e não somente dentro desta Casa, mas dentro do Congresso Nacional como um todo. Como já foi dito aqui pelas Deputadas e Senadoras, o machismo também roda os corredores do Congresso Nacional e coloca as nossas Parlamentares em quadros de menor potencial. Se nós conseguimos ralar tanto para hoje ocupar um espaço aqui, nós também vamos conseguir colaborar, cada dia mais, para o avanço do País.

Eu queria contribuir um pouco aqui dizendo da participação feminina não somente na política institucional, mas também na política estudantil. Eu sou uma das três Presidentes das três entidades nacionais estudantis que hoje temos em nosso País: a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas — UBES, a União Nacional dos Estudantes — UNE e a Associação Nacional de Pós-Graduandos — ANPG, todas presididas por mulheres. Em suma, o movimento estudantil como um todo é liderado por jovens mulheres.

Temos aqui presente uma pequena parcela de meninas que me acompanharam a esta sessão. Estão representando seus Estados. Quero saudar cada uma delas.

Temos hoje também grande participação de meninas nos grêmios estudantis, nas uniões municipais, nos DCEs e nos CAs. Hoje, a Diretoria Nacional da UBES é composta majoritariamente por mulheres, e por mulheres negras, em sua maioria.

Isso deve ser ressaltado porque nunca na história o movimento estudantil teve tanta participação de meninas, como está acontecendo hoje (*palmas*). Essas meninas podem não estar disputando a política institucional, mas elas estão disputando a política educacional. Isso foi muito bem colocado nas ocupações que percorreram todo o País. As meninas tiveram um bravo protagonismo. Eu acho que isso deveria ser ressaltado aqui e deveria ser tomado como exemplo, porque as meninas estão ocupando seus espaços, cada dia mais, e operando para que ocupemos mais espaços, mais direitos e mais avanços.

Eu também queria ressaltar a importância da democracia. Hoje temos uma série de ataques que infelizmente tentam colocar em risco nossa democracia. Nós mulheres sabemos muito bem quais são os riscos que, caso a democracia seja atacada, nós vamos ter. Cotidianamente, nós sofremos com a falta de uma série de programas. A cada dia tentamos lutar para que sejam implementados. Sabemos que, se a democracia for afetada, nós vamos ter muito prejuízo com isso.

Por isso, eu gostaria de destacar a importância de esta Casa debater também uma reforma política que inclua a mulher aqui dentro. Precisamos que as mulheres da periferia, as mulheres indígenas, as mulheres negras, as mães e as jovens mães estejam também dentro desta Casa para opinar e dizer qual é a dificuldade por que cada uma passa na rua, dentro da universidade, dentro da escola.

Por fim, nós precisamos da democracia para que mais mulheres possam ser Presidentas da República, presidentas de entidades estudantis e Parlamentares. Que possam compor o Exército e a Aeronáutica. Que possam ser astronautas, que possam ser executivas, que possam ser o que quiserem. Que possam ser donas dos seus próprios corpos, que sejam, principalmente, protagonistas de suas próprias vidas.

O movimento estudantil tem se colocado muito na luta contra o machismo, e eu espero que esta Casa se empenhe para que o machismo institucionalizado, enraizado na história do nosso País, seja combatido, a fim de que as meninas que hoje vão ocupar as ruas pela democracia possam sentir-se à vontade, para que não se sintam ofendidas e humilhadas dentro desta Casa.

Espero que esta Casa abra as portas para o movimento estudantil, porque o movimento estudantil tem muito a falar, porque o movimento estudantil tem muito a opinar. Nós somos jovens, nós somos revolucionárias, mas temos muito a dizer sobre o nosso País, sobre a nossa escola e a nossa universidade.

Por fim, eu gostaria de saudá-las por este momento tão importante. Gostaria de saudar a Mesa, uma Mesa muito bonita, composta somente por mulheres. Este é um momento muito importante para mim, uma mulher jovem que hoje está tentando imprimir a opinião na política, o que é muito importante.

Por fim, quero ressaltar a importância de que instrumentos como este sejam cada vez mais gerados dentro desta Casa, para que mulheres também se sintam à vontade na política brasileira.

Muito obrigada. (*Palmas*.)

A SR^a PRESIDENTE (Carmen Zanotto. PPS-SC) - Obrigada, Camila.

A SR^a PRESIDENTE (Carmen Zanotto. PPS-SC) - Concedo a palavra ao nosso colega Deputado Federal Odorico Monteiro, pela Liderança do PROS.

O SR. ODORICO MONTEIRO (Bloco/PROS-CE. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Deputada Carmen Zanotto.

Saúdo essa Mesa extremamente significativa: a Senadora Vanessa Grazziotin, minha querida Deputada Raquel Muniz, Senadora Aparecida, nossa Primeira-Dama, Márcia Rollemberg, com quem tivemos parcerias ao longo da militância no SUS, Deputada Jô Moraes, e todos os demais presentes.

Registro, em nome do PROS, a importância deste momento, ou seja, a importância da questão de gênero na política, a importância da participação das mulheres na política e a importância de que possamos construir, cada vez mais, uma sociedade mais justa, mais solidária, mais fraterna, mais tolerante, no momento, inclusive, em que no Brasil há um setor que está tentando praticar a intolerância e o ódio. Então, temos que trabalhar com a perspectiva de construir um País sem ódio, um País em que a questão das mulheres seja vista como questão importante na vida política. Isso, sem dúvida nenhuma, ressalta essa iniciativa importante do Tribunal Superior Eleitoral, do Senado e da Câmara de colocarem isso como de fundamental importância.

Quero aproveitar a oportunidade para dar três depoimentos importantes. Em 1982, eu estava na Faculdade de Medicina do Estado do Ceará, e ali, Deputada Jô Moraes, estávamos discutindo a redemocratização do País.

Em 1984, eu defendi uma tese na minha base prestista, porque eu tinha uma militância política estudantil e, ao mesmo tempo, militava ao lado do camarada Luís Carlos Prestes. E ali eu defendia a importância da redemocratização do País e que, naquele momento, tínhamos que fortalecer o Partido dos Trabalhadores no meu Estado. Na época, tínhamos a possibilidade de eleger a Prefeita Maria Luiza Fontenele, a primeira Prefeita da minha cidade.

Eu estou colocando isso para dizer que a eleição da Maria Luiza representou, naquele momento, para as mulheres do Estado do Ceará, para as mulheres de Fortaleza — inclusive, eu fiz uma homenagem a ela no meu Facebook, no dia 8 de março —, a primeira Prefeita de Fortaleza, a primeira Prefeita eleita, naquela época, pelo Partido dos Trabalhadores. Depois, ela foi Deputada Federal. E eu tive o privilégio, depois, de ter sido Secretário de Saúde segunda Prefeita de Fortaleza, a Prefeita Luizianne Lins.

Isso é muito importante porque foram espaços construídos na política. Ao lado da Prefeita Luizianne Lins, nós montamos e construímos a rede de saúde mental de Fortaleza, implantamos o Programa Saúde da Família. Depois, eu fui ser Secretário de Gestão do Ministério da Saúde, no Governo da Presidenta Dilma Rousseff. Então, sem dúvida nenhuma, a Presidenta Dilma, no seu Governo, deu uma das mais contribuições para a saúde pública brasileira: a implantação do Programa Mais Médicos.

Eu quero dizer que a mulher na política faz bem e produz justiça social. E é fundamental que registremos, nos Anais do Senado Federal e do Congresso Nacional, que, acima de tudo, nós temos que construir um mundo mais justo, mais fraterno e com maior participação das mulheres na política.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SR^a PRESIDENTE (Carmen Zanotto. PPS-SC) - Obrigada, Deputado Odorico Monteiro.

SEGUE, NA ÍNTegra, O PRONUNCIAMENTO DO SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO

O SR. ODORICO MONTEIRO (Bloco/PROS-CE. Sem apanhamento taquigráfico.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ocupo esta tribuna, com muita honra, para reforçar nossa posição em defesa de uma maior participação das mulheres na política brasileira, seja nos mandatos efetivos do Executivo e Legislativo, nos grandes debates nacionais, como também na militância política ativa em defesa de um mundo com mais respeito entre as pessoas e com mais leveza e justiça entre os gêneros.

Aproveito também este momento para parabenizar a iniciativa deste Parlamento em dar o devido destaque à campanha institucional Mulher na Política, comandada pelo Tribunal Superior Eleitoral, como forma de incentivo à participação da mulher no Parlamento.

Venho de uma terra onde a luta política feminina tem força e representatividade. Após anos de ditadura no Brasil, o povo de Fortaleza elegeu uma mulher na sua primeira eleição após o advento da redemocratização. No ano de 1985, a sensível e inquieta população da capital cearense escolheu a assistente social e militante Maria Luiza Fontenele como a primeira mulher eleita em uma capital brasileira. Logo depois, Maria também honrou a Câmara Federal por emprestar seu talento e fibra por um mandato. O povo do Ceará também nos orgulha por ter eleito e reeleito, com ampla maioria, a primeira mulher Presidenta da história do Brasil, a nossa querida Dilma Rousseff.

Coloco esses dois relatos históricos para chamar a atenção de que as conquistas femininas ainda são um novo corte historiográfico da política nacional, como também no meu Estado natal. A campanha do TSE e a nossa luta visa e objetiva a que a efetiva participação feminina na política não seja mais uma manchete impactante, mas sim uma consequência natural de uma sociedade que respeita as diferenças de qualquer origem e equilibra, de forma equânime, a proporção demográfica da Nação e a sua real representatividade política.

Do ponto de vista histórico, as conquistas femininas na política ainda estão na infância temporal. Os grandes ganhos de gênero na política ainda não completaram um século de efetivação. Apenas no ano de 1932 foi promulgado o Código Eleitoral que assegurava a cidadania política para as mulheres brasileiras, embora sem a exigência da obrigatoriedade do alistamento e voto. Posteriormente, em 1934, tivemos ratificado o direito constitucional de voto das mulheres. No Ceará, a participação efetiva das mulheres na política se deu em 1947, quando foram eleitas as Vereadoras Isabel Ramos, Filomena Martins e Aldenora Lins.

Apesar de as mulheres hoje responderem por 52% do eleitorado nacional, o Congresso não chega a 10% de seus mandatos ocupados por mulheres. São apenas 45 Deputadas num universo de 513 possibilidades. No Parlamento Estadual cearense, por exemplo, só temos 7 Deputadas Estaduais em relação as 46 vagas disponíveis.

Os dados citados agora são absolutamente constrangedores quando nos deparamos com o contingente feminino demográfico nacional e a presença das mulheres nos postos profissionais no ambiente público e privado, além do rápido crescimento que o Brasil percebeu, no último censo do IBGE, segundo o qual as mulheres chefes de família cresceram 79% em apenas 10 anos. Hoje, a fatia de mulheres como chefes de família já atingiu o número de 40%.

Garantir a autonomia feminina passa, inclusive, por aumentar a participação das mulheres na política. O Brasil tem uma das representações de mulheres no Parlamento mais baixas do mundo, o que é absolutamente inaceitável.

Posto isso, não podemos deixar de registrar aqui o nosso repúdio à costura infeliz e improdutiva da última tentativa de reforma política conduzida pela Câmara. Os trabalhos não conseguiram produzir nenhum ganho real para a sociedade brasileira, principalmente em questões de tamanha relevância como a paridade de gênero. Endossamos e apoiamos aqui, publicamente, ações como a campanha Mais Mulheres no Poder, da Secretaria de Mulheres, como também a Lei de Cotas dos Tribunais Eleitorais, o Fundo para a Igualdade de Gênero e a intensificação das agendas para os direitos das mulheres na política.

Por fim, Sr. Presidente, a luta pela maior participação das mulheres nos espaços de poder e tomada de decisão pertencem a todos nós, seja de que gênero formos. Assim nós contribuiremos, de forma decisiva, para a equidade na política e o justo empoderamento das mulheres no processo político brasileiro.

A SR^a PRESIDENTE (Carmen Zanotto. PPS-SC) - Quero, mais uma vez, registrar a presença da Ellen Rezende, representando a Juventude Socialista Brasileira — PSB do Distrito Federal; e da Sra. Valneide Nascimento dos Santos, Secretária Nacional da Negritude Socialista Brasileira — NSB, do PSB.

Concedo a palavra à última oradora desta sessão, a Representante da Ministra de Estado das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, Sra. Tatau Godinho. (Pausa.)

Não estando presente no plenário, nós queremos destacar mais uma vez o relatório da Procuradoria Especial da Mulher do Senado sobre as atividades de 2015, que foi distribuído a todas as bancadas do Senado Federal. (Palmas.)

Em nome da Senadora Vanessa Grazziotin, parabenizo todas as Senadoras por este belíssimo trabalho.

Antes de encerrar a sessão, a Presidente agradece às autoridades e a todos os que nos honraram com a presença.

Muito obrigado a todas e a todos.

Está encerrada a presente sessão. (Palmas.)

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 36 minutos.)

COMPOSIÇÃO COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: titulares

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SENADO FEDERAL

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo

Telefone(s): (61) 3216-6892

E-mail: cmo.decom@camara.leg.br

Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
---------------	------------------

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação , Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Daniel Vilela (PMDB-GO) (19,20)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (19,20)

RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (19,20)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Otto Alencar - PSD/BA (4,16)	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA (9)	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO (2)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PPS/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Eros Biondini - PROS/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Julio Lopes - PP/RJ (12,14,18)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - REDE/RJ
Leônidas Cristina - PDT/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. João Paulo Papa - PSDB/SP (17)
PSDB, PSB	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PV/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria,
5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.
6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do PDT.
8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.
9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).
10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP, em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.
14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC
15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Liderança do PR.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.
19. Encerrado mandato de Presidente, Vice-Presidente e Relator do ano de 2015, em 25/02/2016, conforme art. 6º da Resolução nº 4/20018-CN.
20. Mesa eleita em 16-03-2016.

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum
Telefone(s): (61) 3303-3534
E-mail: cocm@senado.gov.br

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) (6)	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PV/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) (2)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Cristovam Buarque (PPS/DF) (7)
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) (1)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) (4)
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) (3)	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP) (5)

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
4. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
5. Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
7. Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maoria (PMDB)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - PMDB/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes - PR/MT (19)	1. Eduardo Amorim - PSC/SE (14)
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSD/MG
Laura Carneiro - PMDB/RJ (17,21)	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Araújo - PTN/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
Darcísio Perondi - PMDB/RS (22)	7. Delegado Edson Moreira - PR/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. Dâmina Pereira - PSL/MG (16)
Ezequiel Teixeira - PTN/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PR/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
VAGO (4,23)	3. Benedita da Silva - PT/RJ (15)
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. Margarida Salomão - PT/MG (15)
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. Maria do Rosário - PT/RS (15)
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. Beto Salame - PP/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PHS/AL	8. VAGO
PSDB, PSB	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Eliziane Gama - REDE/MA (18)
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
PDT	
Flávia Morais - GO (9)	1. Rosângela Curado - PSOL/RJ (20)
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luzianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Morais, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
20. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.
21. Designada, como membro titular, a Deputada Laura Carneiro, em vaga existente, em 29-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1472, de 2015, da Liderança do PMDB/PEN.
22. Designado, como membro titular, o Deputado Darcísio Perondi, em vaga existente, em 1-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2016, da Liderança do PMDB/PEN.
23. A Deputada Érika Kokay deixa de integrar a Comissão nos termos do Ofício 74, de 2016, da Liderança do PT, em 4 de março de 2016 (Sessão do Senado Federal).

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Designação: 02/06/2015

Prazo final prorrogado: 01/11/2016

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)
Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)
Deputado Sergio Zveiter
Deputado Miro Teixeira (REDE/RJ)
Deputado Sandro Alex (PSD/PR)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
VAGO

SENADO FEDERAL
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Senador Jorge Viana (PT/AC)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido/BA)
Senador Blairo Maggi (PR/MT)
VAGO

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PR-RR)

2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO (2)
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ (2)	3. Gladson Cameli - PP/AC
 Maioria (PMDB)	
VAGO (8)	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP (7)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Arthur Oliveira Maia - PPS/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PR/RR
Edio Lopes - PR/RR	5. Mainha - PP/PI (14)
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Paes Landim - PTB/PI (15)	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Benito Gama - PTB/BA (15,16)
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC (4)
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB (10)
Mandetta - DEM/MS (5)	11. VAGO
PSD	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. Pepe Vargas - PT/RS (3,13)
Danrlei de Deus Hinterholz - RS	3. Hugo Leal - PSB/RJ
Domingos Neto - CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Ságuas Moraes - PT/MT (11)	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PB (6)	6. Jaime Martins - MG (6)
Luiz Cláudio - PR/RO	7. VAGO (11)
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS (9)
PSDB, PSB	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Sandro Alex - PSD/PR (18)
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Heitor Schuch - PSB/RS (1,12)
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PR/TO (1)
Rocha - PSDB/AC	4. Elizeu Dionizio - PSDB/MS (17)
Jose Stédile - PSB/RS (1)	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI (1)	6. VAGO
PDT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
2. Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
4. Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
6. Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.

7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.
11. Designado, como membro titular, o Deputado Ságua Moraes, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, em 8-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 668, de 2015, da Liderança do PT.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Schuch, em substituição à Deputada Tereza Cristina, em 15-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2015, da Liderança do PSB.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Pepe Vargas, em vaga existente, em 20-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 697, de 2015, da Liderança do PT.
14. Designado, como membro suplente, o Deputado Mainha, em substituição ao Deputado Elizeu Dionizio, em 24-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2015, da Liderança do Solidariedade.
15. Designado, como membro titular, o Deputado Paes Landim, que deixa de ser suplente, em substituição ao Deputado Luis Carlos Busato, em 4-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 19, de 2016, da Liderança do PTB.
16. Designado, como membro suplente, o Deputado Benito Gama, em vaga existente, em 17-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 27, de 2016, da Liderança do PTB.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado Elizeu Dionizio, em vaga existente, em 9-7-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 135, de 2016, da Liderança do PSDB.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Sandro Alex, em substituição ao Deputado Moses Rodrigues, em 16-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34, de 2016, da Liderança do PPS.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)	
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)	
2º Vice-Presidente Deputado Giacobo (PR/PR)	
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)	
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PROS/RJ)	
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)	
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)	
Líder da Maioria VAGO	
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)	
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	

MESA DO SENADO FEDERAL	
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)	
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)	
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)	
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)	
2º Secretário Senador Zeze Perrella (S/Partido/MG)	
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)	
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)	
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO	
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PV/PR)	
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)	
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)	

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
 Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
 Fax: 3303-5260
 saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

**Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos⁽¹⁾

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	Maria Célia Furtado ^(2,4)
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	Murillo de Aragão ⁽⁵⁾

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO ⁽³⁾	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 07/12/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).
3. O Conselheiro Henrique Eduardo Alves renunciou à vaga de membro titular, representante da sociedade civil, nos termos da Carta s/n - HELA, datada de 1º.12.2015, lida na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
4. A Conselheira Maria Célia Furtado foi eleita em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossada na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
5. O Conselheiro Murillo de Aragão foi eleito em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossado na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
 Telefone(s): 3303-5255
 Fax: 3303-5260
 CCSCN@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

PRESIDENTE

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Deputado Waldir Maranhão (PP-MA)

2º VICE-PRESIDENTE

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Deputado Beto Mansur (PRB-SP)

2º SECRETÁRIO

Senador Zeze Perrella (S/Partido-MG)

3ª SECRETÁRIA

Deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP)

4ª SECRETÁRIA

Senadora Angela Portela (PT-RR)

LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS NO CONGRESSO NACIONAL

Líder do Governo

Senador José Pimentel - PT / CE

Vice-Líderes

Senador Walter Pinheiro - S/Partido / BA

Deputado Paulo Pimenta - PT / RS

Líder da Minoria

Deputado Mendonça Filho - DEM / PE

Vice-Líderes

Senador Ronaldo Caiado - DEM / GO